77
Novembro/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil



ARQUITETURA
agora com os Prefeitos

Juiz de Fora — MG.



Paratí — RJ.





Itapagé — CE.



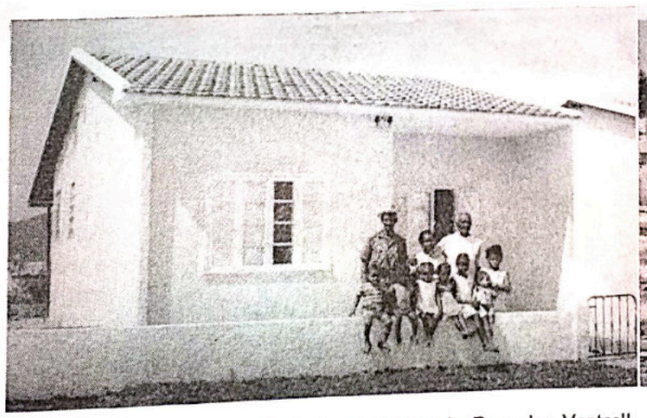
Pilar — PB.

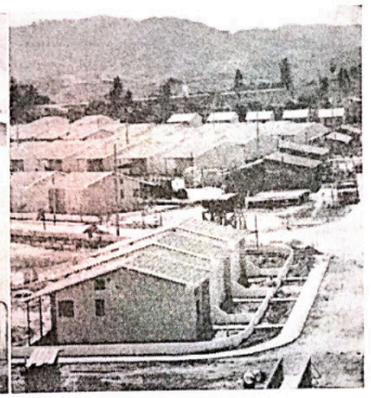
Cêrca de 2 mil municípios brasileiros já podem agora acompanhar o que se faz hoje no Brasil em matéria de arquitetura e planejamento. Êles recebem mensalmente

ARQUITETURA

Sempre que o assunto é o bem-estar coletivo, cimento Mauá está por dentro.

(Por dentro mesmo)





Como nestas 288 casas do Conjunto Habitacional "Rosa dos Ventos", situado em Nova Iguaçu, RJ. Sua construção foi planejada de modo a proporcionar a êste conjunto as características indispensáveis a uma pequena comunidade: grupo escolar e centro comercial próprios, água independente, luz elétrica e ruas calçadas. Êste conjunto será o repouso e a tranqüilidade para muita gente. Gente que vai, inclusive, construir novas comunidades amanhã. Eis porque o cimento Mauá se orgulha de ter participado da construção do Conjunto Habitacional "Rosa dos Ventos".

Projeto: Eng.º Fernando Miranda
Construção: Sebastião Mendes
Plano: BNH.

O cimento Mauá supera as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
RIO DE JANEIRO

GRANT-R



A Casa Sano não espera que você saiba de cór os 1.203 produtos que ela fabrica, indispensáveis para as obras que você projeta, constrói, instala, ou decora. Assim, a Casa Sano editou o catálogo geral dos seus 1.203 produtos. Consultá-lo é a coisa mais fácil do mundo. Pelo índice você chega imediatamente ao assunto. Aí você encontra os produtos que resolvem o seu problema. Cada qual com suas especificações, desenho e descrição do funcionamento, em detalhes. Interessa a você? Então escreva pedindo. É grátis. Não há de quê.

CASA **SANO** S.A.
indústria e comercio

Fábrica: Rod. Pres. Dutra, 2251 - Matriz: Rua Marcílio Dias, 26 - Tel: 23-1966 - Rio-GB • Filiais: B. Horizonte - Av. Paraná, 173 - Tel: 2-3902 • Brasília: S.I.A. Lote 1290/1300 - Trecho 3 - Tel: 2-0513 • S. Paulo: Rua Marquês de Itu, 88 - 6.º and. - Tels: 35-2351 - 35-3660 - 37-2470.

O CATÁLOGO GERAL compõe-se de unidades distintas tratando cada uma dos seguintes assuntos:

Catálogo de produtos de CIMENTO-AMIANTO SANO;
Catálogo de coberturas em SANOCALHAS ESTRUTURAIS, MEIOS-TUBOS e TIPO BANDEJA;
Catálogo de ARTEFATOS DE PEDRITE (MARMORITE),
Catálogo de POSTES, MUROS, MOIRÕES E GRADIS;
Catálogo de CAIXILHOS, COBOGÓS e ELEMENTOS VAZADOS;
Catálogo de materiais ligados às INSTALAÇÕES PREDIAIS DE DESPEJOS SANITÁRIOS (FOSSAS, CAIXAS DE GORDURA, RALOS, ANÉIS, SUMIDOUROS ETC).
Catálogo de DEFENSAS SANO para prevenção de acidentes em estradas;
Catálogo de materiais empregados na CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES
Catálogo de materiais ligados à CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS e FERROVIAS (TUBOS, DRENOS, MEIOS-FIOS, PAVIMENTAÇÃO ARTICULADA, CRIB-WALL, PLATAFORMAS ETC).

Se você não precisa do Catálogo Geral, peça apenas a unidade que mais lhe interessa.

As 1203 informações, interessam também aos Revendedores de materiais para construção.

S. J. de Mello - 72.020 - B

● Arquiteto, São Paulo
Interessado em receber mensalmente exemplar da revista ARQUITETURA, solicito seu envio para o seguinte endereço:
Umberto Leone de Andrade
Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2050 sala 43
São Paulo — SP
A revista ARQUITETURA é distribuida gratuitamente a todos os associados do IAB. A distribuição em São Paulo, está a cargo do IAB-SP. Por esta razão torna-se indispensável um contato seu com êsse Departamento.

● Estudante, Bahia
Sou estudante de arquitetura da Universidade Federal da Bahia, e fascino-me ao ler ou olhar a sua excelente revista. Atualmente, trabalho na Divisão de Planejamento da Prefeitura e gostaria de passar a receber ARQUITETURA.
Jubal Cristo
Av. Fernandez da Cunha, 104
Salvador-BA
Atendido

● Intercâmbio
A revista AGENTE, editada pela Teleplan, por incumbência do Banco Nacional da Habitação, gostaria de contar em seus arquivos com o número especial de ARQUITETURA de julho dêste ano, sôbre Embaixadas de Brasília. Aliás a Teleplan e o Instituto de Arquitetos, poderiam estabelecer um intercâmbio de publicações, o que de nossa parte já vem sendo feito, pois o IAB consta de nossa listagem de 40 mil endereços. Teleplan — Editôra de imprensa, rádio televisão e planejamento S.A.
R. Siqueira Campos, 244 — sobreloja
Rio — GB
O número especial sôbre Embaixada de Brasília, inicialmente programado para julho dêste ano, foi adiado para êste mês. Considerando excelente a idéia do intercâmbio entre nossas publicações comunicamos a inclusão da Teleplan em nosso cadastro de distribuição.

● Futuro arquiteto interessa-se por ARQUITETURA
Trabalho com um arquiteto, e por meio dêste, fiquei sabendo da existência da fabulosa revista ARQUITETURA. Como estou fazendo o cursinho e pretendo ingressar na F.A.U. nos próximos exames vestibulares, notei que serão de grande valia para mim não só agora, como também depois de formado, os ensinamentos aí transmitidos. Peço, portanto, ser incluído entre aquêles que recebem mensalmente a revista.
Nivaldo Panossian
R. Monsenhor Couto, 173
Salto — SP
Atendido

● Estudante gaúcho pede exemplares de ARQUITETURA
Sou estudante de arquitetura e surpreendi-me com a eficiência dos trabalhos publicados nesta revista. Gostaria de saber se V. Sa. poderia me enviar exemplares de ARQUITETURA, pois facilitaria na pesquisa de trabalhos escolares.
Juarez Luiz Gobbi
Av. João Pessoa, 1065 apto. 206
Pôrto Alegre — GB
A revista ARQUITETURA é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos filiados ao IAB. Você, como estudante de arquitetura, pode perfeitamente recebê-la, tornando-se sócio aspirante do IAB-RS, responsável pela sua distribuição no Rio Grande do Sul. Procure-o e havendo dúvida volte a nos escrever que estaremos à disposição

● Assinatura da revista
Se houver possibilidade, gostaria de possuir uma assinatura da revista ARQUITETURA, a qual pode ser enviada para o endereço abaixo .
Renon José Michelon
D.E.R.
Francisco Beltrão — PR
Atendido

● Prefeitura Municipal de Canoas
Serve o presente para expressar nossos agradecimentos pela remessa do exemplar n.º 70, da revista ARQUITETURA, editada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. Outrossim, reafirmamos nossa convicção de que o IAB é parte integrante do progresso do Brasil.
Hugo Simões Lagranha
Prefeito Municipal

● Prefeitura Municipal de Tibagi
Apreciando devidamente o número 70 (Abril/68) da revista ARQUITETURA, distribuida por êste Instituto e endereçada à esta municipalidade, formulo a presente para agradecer-lhes a remessa, bem como para cumprimentá-los pela iniciativa de enviá-las às Prefeituras, proporcionando conhecimentos úteis através do seu conteúdo especializado. Manifestando o desejo, de pessoalmente, obter tôdas as publicações da mesma, consulto essa ilustre Diretoria sôbre a possibilidade de atendimento do pedido, que se aceito, poderão ser enviadas ao meu endereço particular, à rua Herbert Mercer, desta cidade.
Homero Talevi Campos
Prefeito Municipal
Infelizmente não poderemos atendê-lo quanto à coleção completa de ARQUITETURA. Providenciaremos, entretanto, a remessa dos exemplares já editados ainda disponíveis.

● Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu
(...) Agradecemos a gentileza de V.S. ao anunciar que doravante esta Prefeitura receberá gratuitamente a revista que, por certo nos será de grande utilidade sôbre soluções para o crescimento constante embora um pouco lento de nossas aglomerações urbanas.
José Bicudo Jardim
Prefeito Municipal
O crescimento de nossas cidades até que não tem nada de lento, mas dá satisfação o reconhecimento da utilidade de ARQUITETURA na solução dos problemas surgidos com seu crescimento.

● Prefeitura Municipal de Passo Fundo
Queremos, inicialmente, registrar nosso agradecimento pelo exemplar enviado, bem como testemunhar nosso reconhecimento pela colaboração que virá sem sombra de dúvidas, contribuir largamente, em nosso município, no setor arquitetônico bem como na resolução dos problemas correlatos. Neste ensêjo, expressamos nossos sinceros parabéns pela magnífica apresentação, como também, pelo modo simples e altamente concatenado de exposição, da qual resulta uma leitura sadia, didática e instrutiva.
Mário Menegal
Prefeito Municipal
Agradecendo as elogiosas referências informamos que nossa idéia é a de ampliar o intercâmbio de ARQUITETURA e do IAB com as prefeituras e seus órgãos auxiliando-as no que estiver a nosso alcance.

● Prefeitura Municipal de Jacareí
Agradeço a remessa de revista ARQUITETURA, que estou certo será de inestimável valor, como fonte de consulta de nosso pessoal técnico.
José Christóvão Arouca
Prefeito Municipal

● Prefeitura Municipal de Caraguatatuba
(...) Agradecendo sua gentileza e certo que a revista ARQUITETURA virá nos ajudar a solucionar os problemas municipais atinentes a este setor, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.
Geraldo Nogueira da Silva
Prefeito Municipal

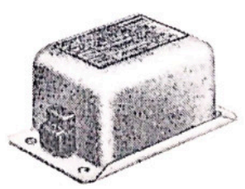
● Prefeitura Municipal de Valinhos
(...) Queremos aproveitar a oportunidade para apresentar a V.S. os agradecimentos desta administração pela colaboração, em se dignando premiar a nossa municipalidade, com essa revista que vem promovendo e orientando o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo.
Valdemar Pera
Prefeito Municipal



de como os Reatores Philips pararam algumas vêzes de funcionar, em menos de 20 anos

O Reator Philips é absolutamente silencioso. Dura muitos e muitos anos. E garante vatagem total às Lâmpadas Fluorescentes. Entretanto, as lojas, indústrias e escritórios que o utilizam, progridem, reformam suas instalações e até mudam-se para locais maiores... Nesses períodos, o Reator Philips, às vêzes, pára de funcionar...

Para manter a mesma qualidade em tôda a instalação, utilize também Lâmpadas Fluorescentes e Luminárias Philips.



PHILIPS REATORES PHILIPS
Para Lâmpadas Fluorescentes

neste V. pode confiar!

Envie-nos plantas ou dados de suas instalações e receba um projeto inteiramente gratuito.

S.A. PHILIPS DO BRASIL
Grupo Comercial Iluminação
Caixa Postal 8681 - São Paulo - SP

DESEJO RECEBER:
☐ maiores informações sôbre Reatores Philips para Lâmpadas Fluorescentes
☐ projeto de iluminação

Nome .....
Rua .....N.º.....
Cidade .....
Estado .....

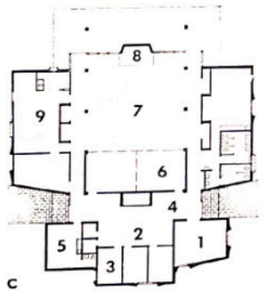
FILIAIS
GUANABARA — BELO HORIZONTE — RECIFE — PÔRTO ALEGRE — CURITIBA SALVADOR — BRASÍLIA

Asilo da velhice em Miami, Flórida, USA



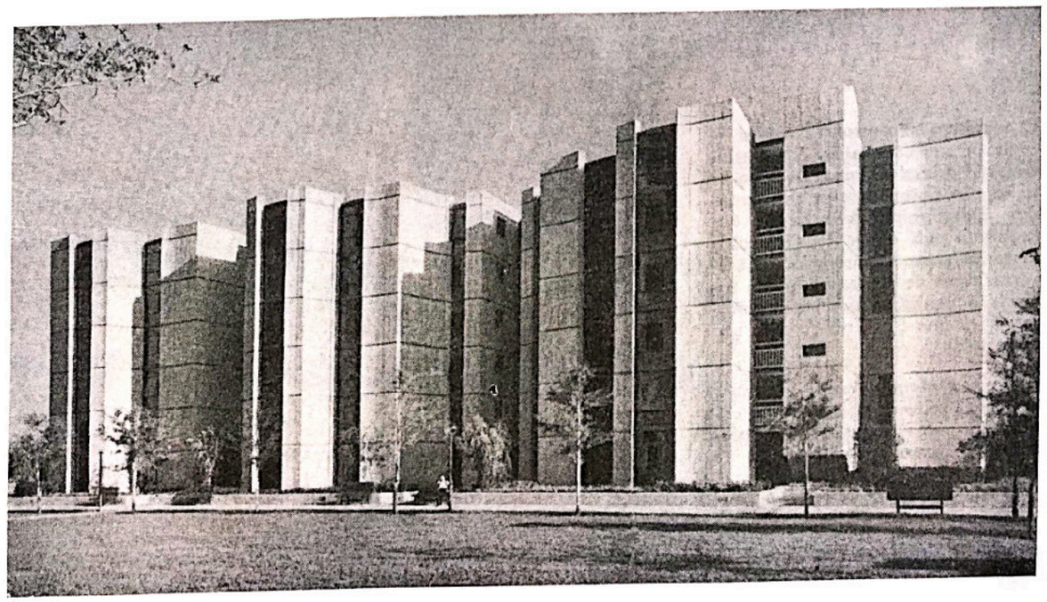
O asilo foi construído num grande parque de 2,71 ha, situado entre construções habitacionais pequenas, cujos moradores desejavam preservar o parque, mesmo após a construção do asilo. Assim se chegou ao plano de 182 moradias para 220 anciãos em um prédio de 13 andares, com 8 apartamentos por andar e um conjunto comprido de seis andares, com 14 habitações por andar. Obra com fachada em concreto aparente, conta com elevadores nos diversos blocos. Completa o conjunto, um terceiro prédio de pequena altura onde se situam os serviços de secretaria, escritório, sala de reuniões, cozinha, etc. Arquiteto Robert Bradford Browne.

1 — Hall
2 — secretaria
3 — escritório
4 — sala de espera
5 — enfermarias
6 — sala de reuniões
7 — salão social
8 — palco
9 — cozinha
A — andar tipo do prédio de 13 andares
B — idem prédio de 6 andares
C — prédio de serviços









Quem Especifica?

o arquiteto

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

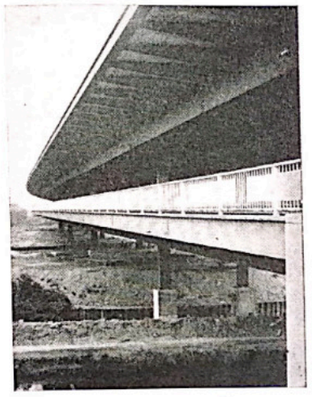
A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

LAMBRIS
LOUÇA SANITARIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINARIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMINIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELÉTRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TÉRMICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FÔRMAS

Viaduto em dois níveis



O primeiro viaduto de dois níveis da Grã-Bretanha acaba de ser construído sôbre o vale industrial do Don em Sheffield. O viaduto tem 1 200 metros de comprimento e custou quatro milhões e meio de libras esterlinas.

Planejamento urbano: conferências

Dentro do V Ciclo Internacional de Conferências sôbre Planejamento Urbano, o prof. Otto H. Koenigsberger pronunciou uma série de cinco conferências no Centro de Treinamento e Pesquisas para o Desenvolvimento Econômico sôbre os seguintes temas: a absorção dos imigrantes; habitações subumanas e renovação urbana; a influência do clima no projeto habitacional; a influência do clima no planejamento urbano e o conceito de planejamento de ação. O prof. Koenigsberger é diretor do Departamento de Estudos Tropicais da Architectural Association de Londres, consultor especial de Habitação da Comissão Econômica da ONU para a África e chefe do Grupo de Planejamento da ONU em Lagos, Nigéria.

Fomento à habitação na Romênia

O Boletim Informativo do CINVA dá notícia das últimas medidas adotadas pelo govêrno da Romênia visando a ampliar a construção de moradias na área do Estado e apoiar a população para que construa casas de sua propriedade. Prevê ainda o plano a melhoria da administração do fundo de habitação e a reformulação do regime de aluguéis. Essas medidas procuram atender mais eficazmente à população urbana que aumentou, de 1948 a 1967, em 70 por cento. Entre os anos de 1957 e 1967 construíram-se na Romênia, através de diversos tipos de financiamento, 380 mil apartamentos mas, nos próximos dois anos, o plano qüinqüenal prevê a construção de 183 mil novos apartamentos. Outro aspecto a destacar no plano romeno de habitação é a série de estímulos estabelecidos para quem construa moradias por conta própria e para seu uso. Tais pessoas terão facilidades de crédito, terrenos cedidos para uso perpétuo, garantia de obtenção de materiais de construção, elaboração de projetos arquitetônicos, isenção de impostos sôbre edifícios por dez anos, etc. Essas vantagens são concedidas também para assalariados do meio rural, especialmente professôres, médicos, agrônomos, etc. Adverte, no entanto, o comunicado oficial que, de acôrdo com o regime romeno, está proibido construir ou comprar casas com fins comerciais, vendê-las ou alugá-las. A propriedade individual é limitada a uma só moradia, salvo o caso de casas de veraneio, nas montanhas ou nas praias. Essas medidas de incentivo à habitação são conseqüência de decisão tomada pelo Pleno do Comitê Central do Partido Comunista, em 1967, visando melhorar as condições de habitalidade da população e corrigir defeitos de anos anteriores.

Grande estação rodoviária de Salvador

O IAB-BA encaminhou ao governador do Estado da Bahia pronunciamento a respeito do Concurso do Projeto da Grande Estação Rodoviária de Salvador. Depois de analisar o problema e fundamentar seu ponto de vista, com respeito ao assunto e às divergências surgidas, o IAB-BA faz a seguinte sugestão ao govêrno do Estado:

1.º — Que o Govêrno do Estado realize as gestões necessárias à estruturação e instalação do Escritório de Planejamento da Cidade do Salvador, previsto em Lei Municipal n.º 1.835, em que os problemas da expansão urbana e suas conseqüentes impli-

10.000 ANOS DE REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA DA CIVILIZAÇÃO

DARCY RIBEIRO



Nesta obra arrojada e polêmica, o Prof. Darcy Ribeiro, ex-reitor da Universidade de Brasília faz uma análise crítica das diversas revoluções tecnológicas por que passou a humanidade nos últimos 10 000 anos, culminando na Revolução Termonuclear contemporânea. Sendo uma reavaliação das teorias que interpretam a formação dos grupamentos socio-culturais, êste livro nos permite antever os caminhos que se abrem para a humanidade no futuro imediato.

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO, de Darcy Ribeiro

Lançamento da
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
GB - Rua 7 de Setembro, 97 — SP - Rua Barra Funda, 34
Atende-se pelo reembôlso postal

cações receberiam um acurado estudo dando continuidade às diretrizes refletidas pelo EPUCS;

2.º — Enquanto aquêle órgão não estiver em funcionamento, que o Govêrno designe uma Comissão de Estudos com o objetivo específico de equacionar o problema da implantação da Grande Estação e as implicações gerais que no presente documento foram suscitadas;

3.º — Desta Comissão deveriam participar representações dos órgãos diretamente ligados ao problema como DERBA-DMER, e órgãos de Planejamento da Cidade, do Instituto de Arquitetos e da Universidade da Bahia;

4.º — Propõe ainda, uma vez definido o sítio para a sua implantação, que seja oferecida a oportunidade de escolha de um estudo preliminar do Projeto, através concurso Público Nacional, a exemplo do que já foi realizado, com êxito, para a Biblioteca Central do Estado e o Hotel de Turismo de Juazeiro.

Manuel Bandeira, crítico de arte

A morte de Manuel Bandeira foi uma perda insuperável para a poesia brasileira e para a arte e a cultura no Brasil. Ao registrar êsse fato, fazêmo-lo transcrevendo um artigo do crítico Mário Barata em que se evidencia a identificação do poeta com a obra dos artistas plásticos e dos arquitetos. O artigo foi publicado no "Correio da Manhã", em 27/10/68, Ei-lo:

Ainda existem muitos que se recordam, ao vivo, do fato de ter sido Manuel Bandeira um dos responsáveis pela organização do Salão de Belas Artes de 1931, dito "Revolucionário", realizado na época em que Lúcio Costa era diretor da Escola Nacional especializada. Trata-se do salão em que Portinari compareceu já **moderno.** Cícero e Tarsila expuseram entre outros modernistas. Um sôpro de renovação atiçava o País, que neste setor foi excessivamente conservador, dificultando a mensagem dos grandes espíritos e sensibilidades da época. Manuel Bandeira tinha em sua primeira vocação de arquiteto e no amor instintivo à linha desenhada, as raízes de sua aproximação confessada às artes plásticas de seu tempo. É possível que a estada em Clavadel, mesmo com mobilidade e ação reduzidas, haja-lhe permitido galgar um ponto a mais na sensibilidade às artes visuais através da experiência de jornais do País e da França e de conversas com europeus.

De qualquer forma, afirma em **Itinerário de Pasárgada** (p. 60 do 2.º volume da edição das obras completas pela José Aguiar Ltda., Rio 1958), que devia ao modernismo brasileiro, o ter tomado "conhecimento da arte de vanguarda da Europa, (da literatura e também das artes plásticas e da música)". Reconheceria por amor, em várias ocasiões a sua ciência das artes visuais. Em **Depoimento de um Inocente do Flamengo** (id. pág. 273) refere-se a ter sido "crítico de artes plásticas de **A Manhã,** fato que se alongou por dois benéficos anos para a cultura brasileira, dizemos nós, com saudade.

Há razões para esta última assertiva. Nos textos feitos para jornais de São Paulo, do Recife e de Belo Horizonte, entre 1935 e 1937, reunidos no saboroso volume **Crônicas da Província do Brasil**, Bandeira já mostrava o que valia como literato conhecedor e amante das artes plásticas. Seu jeito de falar simples e gracioso servia para fixar lances formais ou de conteúdo de tôda uma série de modernos, dotados de sensibilidade mais do que de teoria de sua arte. De maneira "desabotoada e informal", Manuel sentia o tremular prazeroso das linhas e côres nos seus olhos e o comentava em seleção de valôres largamente provida de um justo fervor anti-acadêmico. Não que compreendesse então os "antropologistas" mais delirantes da bela Tarsila do Amaral, nem excluísse, dos valôres brasileiros, pintores a meio caminho de formalismos pròpriamente novos ou que tivessem ficado mesmo em sendas mais conservadoras. Mas já orientava as limitações de Brecheret com acêrto crítico de notar-se e falava bem, sem parar, do melhor Portinari, que êle logo captou e incentivou. Falando nas **Crônicas,** de Ouro Prêto, do Aleijadinho, de velhos prédios que defendia com assiduidade, verdadeira constância, era intelectual habituado a sentir e comentar o fato plástico. Nas **memórias** evoca assuntos paralelos não se esquecendo de definir o valor da piada na poesia "tão visível" do Oswald do Pau-Brasil. Acentuemos aqui a defesa premonitória que fêz (sem sucesso) do futuro do belo Solar do Saldanha, no Salvador, "casa com grande nobreza de linhas" e o protesto pelo Solar dos Aguiares, "reduzido a casa de cômodos", em estado de degradação.

Pela sua compreensão do Brasil, perpassava, fresco e vibrante, o seu amor à velha arquitetura e às pinturas e esculturas representativas de outras épocas do nosso país. Compreendia a ação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e aceitou o convite de seu grande amigo Rodrigo M. F. de Andrade para escrever o **Guia de Ouro Prêto,** ilustrado por Luiz Jardim, em edição da citada repartição. Êsse guia é precioso, pela objetividade, pela estrutura, que incorporava depoimentos de visitantes estrangeiros e pela sensibilidade do autor ante os valôres totais da antiga **Villa Rica.**

Não sei ao certo se já no suplemento **Letras e Artes** de **A Manhã** ou ainda na série **Autôres e Livros,** escreveu Manuel, pelo início dos 40, uma das primeiras sínteses da história da arte brasileira, feitos nêste século.

Artes Plásticas no Brasil, tal é o nome do seu trabalho. Está reproduzido no volume de **prosa** de suas obras (ed. Aguiar cit.) da pág. 1331 a 1354. Encabeça-o, nessa edição, texto de Murilo Mendes, escrito em 1952, para homenagem que, por minha sugestão, a Associação Brasileira de Críticos de Arte prestou a **Manuel Bandeira — Crítico de Arte,** no auditório repleto do palácio do Ministério da Educação no Rio. Dizia então Murilo, haver uma segunda espécie de crítica de arte, a do amador que faz da arte um campo de deleite. Manuel talvez pudesse figurar aí, levando-se em conta, a mais, o seu papel de **animador,** neste campo. Observa, ainda muito pertinentemente, que Bandeira une o erudito ao popular, na sua percepção e no seu gôsto. E adiciona, também acertando o alvo, que a generosidade e simpatia humanas foram notas determinantes na sua aproximação das artes visuais (como na literatura). E confirma: "foi um dos primeiros a descobrir e exaltar o valor e a significação de uma Anita Malfatti, um Segall, um Guignard, um Portinari, um Segall, um Di, um Celso Antônio (que êle pôs em destaque)... "um Goeldi, um Cícero Dias, um Aleijadinho"... "Sôbre Ismael Nery foi dos raríssimos a escrever em vida do artista". E termina colocando Manuel Bandeira ao lado de Mário de Andrade, como "os dois poetas ligados à valorização dos artistas do País".

Tem razão Murilo. A crítica de um poeta que muito voa, caracteriza a contribuição de Bandeira, sempre aberta aos novos valôres, incluindo-se o período de geometrização concretista dos anos 50, no Brasil. No fundo, a amplitude de percepção do poeta funcionava nas artes visuais com uma delicadeza e tato dignos do aprêço. Era o crítico civilizado — isto é, dotado de um humanismo de cultura — mais que um dilletante. Possuía um refinamento especial, e um senso de harmonia, que era transmitido por êle com facilidade. Da leitura de suas críticas resulta muitas vêzes essa harmonização podemos dizer quase musical, das aparências e linhas das coisas. Se foi sobretudo um poeta, todo poeta é um amante das criações humanas. Em tudo há poesia.

II Congresso Interamericano de Habitação

Organizado e promovido pelo govêrno da Venezuela, realiza-se, em Caracas, de 18 a 26 de janeiro de 1969, o II Congresso Interamericano de Habitação, cujo objetivo é intensificar o intercâmbio de experiências e conhecimento entre arquitetos dos países americanos. O temário do congresso se funda numa proposição básica: "Para uma solução integral do problema da habitação", e compreende os seguintes temas: 1) a habitação como elemento do desenvolvimento econômico; 2) a habitação como fator do desenvolvimento urbano; 3) a habitação como base do desenvolvimento social; 4) as organizações nacionais de habitação. Há ainda um tema especial que compreende: a) situação da habitação na América; b) situação atual da habitação; c) fundamentos doutrinários, política de habitação; d) plano de execução; e) resultados.

Urbanismo sueco no MAM

Promovida pela embaixada da Suécia e o IAB-GB, o MAM do Rio apresentou uma exposição de Urbanismo Sueco, compreendendo 80 painéis com fotografias, plantas, gráficos, acompanhados de amplo texto explicativo. Durante a exposição, foram exibidos filmes sôbre as obras de urbanismo realizadas na Suécia nos últimos anos.

Notas curtas

O arquiteto Sérgio Bernardes, que foi convidado para pronunciar uma série de palestras, em Paris, estêve em Fortaleza apresentando, com projeção de **slides,** o seu projeto para o Hotel Tropical de Fortaleza que terá 423 apartamentos. ● Técnicos de quinze países estiveram reunidos em Pistóia, na Itália, durante uma semana, a fim de estudar, a convite da UNESCO, a situação atual das técnicas de conservação e restauração de monumentos e sítios, bem como a formação de arquitetos especializados nessa matéria. O representante do Brasil, nesse conclave, foi o prof. Renato Soeiro, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. ● "O jovem arquiteto perante as atuais tendências e novas formas de solicitação de trabalho profissional" é o título da tese que a delegação de arquitetos paulistas apresentou no Encontro Internacional de Jovens Arquitetos que se realizou paralelamente às Olimpíadas do México, mês passado. Integraram a delegação paulista os arquitetos Roberto Chahim, Walter Caprera e Rogério Garcia. ● O arquiteto Jorge Hue entregou ao Jockey Clube do Rio de Janeiro o projeto completo de decoração da nova sede ● O arquiteto Fábio Moura Penteado (IAB-SP) viajou para Moscou onde participará de um grupo de trabalho, organizado pela ONU, para discutir as técnicas e materiais de construção. Arquitetos de todo o mundo tratarão em Moscou da verificação e comparação das técnicas usadas no Ocidente e no mundo socialista, confrontando o avanço soviético nesse setor, uma vez que a URSS construiu, nos últimos dois anos, cêrca de 3 milhões de residências ● O arquiteto Luiz Calheiros Cruz pronunciou, sob o patrocínio do IAB-RJ, na Associação Médica Fluminense, em Niterói, uma palestra sôbre o tema Israel — Arquitetura Social ● Para estudar projetos e teatros brasileiros, estêve em Salvador, Brasília e Manaus o arquiteto africano Victor Glastonne, que possui em Londres uma firma especializada em arquitetura de teatro. Sua firma já examinou alguns dos teatros mais importantes do mundo, como o Theatre Royal, da Inglaterra; Graham Stown, na África do Sul; Memorial Theatre, em Boston ● O Secretário de Educação da Guanabara, deputado Gonzaga da Gama, apresentou ao governador Negrão de Lima minuta de projeto estabelecendo a colocação obrigatória de uma obra de arte plástica nos edifícios públicos e obras com ajardinamento, que venham a ser construídos ● O Museu de Arte Moderna do Rio inaugurou êste mês uma exposição da atual pintura norte-americana intitulada "Tendências Novas", com a participação de Enrique Castro Cid, Robert Nelson, Phillip Pearlstein, George Gohen, Robert Hansen, Stephan von Huene, Aldo Casanova, Frank Gallo, Robert Gremean e Lester Johnson.

Noticiário do CREA

Comentários sôbre a Lei 5.194

Tendo se constituído em uma das recomendações do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos a necessidade de divulgação da da lei 5.194 de 24-12-1966, apresentaremos neste e nos próximos números de ARQUITETURA, algumas considerações básicas sôbre artigos que mereçam ser destacados. Essa lei, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrômono apresenta aspectos fundamentais de defesa do exercício profissional desconhecidos de muitos profissionais, como é o caso da garantia dos direitos autorais.

No texto da referida lei, em sua seção IV, apresentam-se discriminadas as atividades e atribuições das três profissões, da seguinte forma: (artigo 7.º)

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agro-pecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.

Acentua um parágrafo único do artigo 7.º que êsses profissionais "poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões".

Torna-se portanto necessário, e mesmo fundamental, a análise dessa discriminação, bem como o estudo para a definição das atividades que possam ser enquadradas nas disposições do parágrafo único citado. Esta será uma das tarefas das Câmaras Especializadas previstas na lei uma vez que lhes compete, como órgãos do CREA, "julgar e decidir sôbre os assuntos de fiscalização" da profissão do arquiteto e engenheiro-agrônomo, bem como "julgar as infrações do código de ética".

O artigo 8.º introduz a competência das pessoas físicas, ou sejam, aquelas enunciadas nas alíneas a, b, c, d, e, f, acima citadas e, em seu parágrafo único, a determinação de que as pessoas jurídicas só poderão exercer as atividades discriminadas no artigo 7.º, desde que contem "com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo CREA".

O conhecimento, portanto, da legislação básica para o exercício da profissão de arquiteto se torna indispensável pois trata-se de instrumento para a defesa dos profissionais atuantes e de segurança para o exercício de sua profissão.

CREA participa de congresso de planificação

O Conselho da 5.ª Região se fêz representar no VII Congresso Interamericano de Planificação realizado no período de 20 a 25 de outubro passado, em Lima. O conclave, promovido pela Sociedade Interamericana de Planificação e pelo Instituto Peruano de Estudos de Desenvolvimento, apresentou como tema central a "América no ano 2.000".

Com a participação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura nesse Congresso onde se reunem os diversos profissionais atuantes no campo do planejamento, destacando-se um grande contingente de engenheiros e arquitetos, torna-se evidente o interêsse crescente que apresenta esta modalidade de prática profissional hoje tão difundida no Brasil. Cabe aqui ressaltar que nos trabalhos de planejamento urbano em nosso país, do conjunto de especialistas atuantes, mais da metade se apresenta com formação universitária em engenharia e arquitetura.

Agenda

10 Concursos, Premiações

15 novembro 1968 (inscrição e entrega dos trabalhos) Salvador, Bahia	Exposição de Arquitetura na II Bienal Nacional de Artes Plásticas	Prêmio: NCr$ 5.000,00 Convento da Lapa Salvador, Bahia
29 novembro 1968 (entrega dos trabalhos) Montevidéu, Uruguai	Concurso Internacional para a ampliação da sede da Associação Latinoamericana de Livre-Comércio-ALALC	Sociedad de Arquitectos del Uruguay e ALALC Calle Cebollatí, 1461 Montevidéu, Uruguay
30 novembro 1968 Rio-GB	VI Premiação Anual IAB-GB	IAB-GB, Av. Rio Branco, 277 grupo 1301 Rio-GB
31 dezembro 1968 Tunis, Tunisia	Concurso Internacional para o Centro de Televisão em Tunis	Prêmios: 10.000 dinares 5.000 dinares 2.500 dinares (1 dinar — NCr$ 7,20) Secrétariat d'Etat aux Travaux publics et à l'habitat de Tunisie
30 abril 1969 (entrega dos trabalhos) Sofia, Bulgária	Concurso Internacional para um monumento a Khan Asparoun	Prêmios: 1.º 25.000 levas 2.º 12.000 levas 3.º 5.000 levas União dos Artistas Búlgaros 37, Moskovska St. Sofia-Bulgária Embaixada da Bulgária, Rua Carlos Goes, 64 — Rio
1 nov. — 31 dez. 1968 (inscrição) 30 abril 1969 (entrega dos trabalhos) Viena, Áustria	Concurso Internacional para a Sede das Organizações Internacionais (OIEA, UNIDO e Centro de Congressos Internacionais de Viena)	ZIVILTECHNIKERTEAM Amtssitz Intenatioler Organizationem Arch. Appel Fleicher Lintl Schwanzer 1010 Wien, Marc Aurelstrasse 2a/30 Austria.

Colóquios, Reuniões, Exposições

novembro/dezembro 1968 Rio de Janeiro, GB	Desenho Industrial, Bienal Internacional do Rio de Janeiro.	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Av. Beira Mar.
8-14 dezembro 1968 Cidade do México México	2.º Colóquio sôbre Museus. "A arquitetura dos Museus: os problemas de acesso e circulação".	Museu Nacional de Antropologia, a/c Mário Vazquez, bosque de Chapultepec, México, 5, D. F. México
18-26 janeiro 1969 Caracas, Venezuela	II Congresso Interamericano de Vivienda	Govêrno da República de Venezuela. Secretaria Geral Apartado postal 982, Edifício Cruz Verde Caracas-Venezuela
9-15 outubro 1969 Buenos Aires Argentina	X Congresso da União Internacional de Arquitetos: "A arquitetura como fator social".	Union Internationale des Architectes 4, Impasse d'Antin Paris VIII, France Federacion Argentina de Sociedades de Arquitectos 942, Montevideo Buenos Aires Argentina
15 mar. 13 set. 1970 Osaka, Japão	Expo 70	

Editorial

Habitação de interêsse social

A procura das condições que permitam a criação do **habitat** onde as necessidades e aspirações da população brasileira encontrem verdadeira expressão tem sido uma constante na atuação do arquiteto brasileiro e do Instituto de Arquitetos do Brasil. Essa busca incessante produziu, sem dúvida, resultados significativos tanto no planejamento de obras arquitetônicas e realizações urbanísticas de repercussão nacional e internacional, como na formação da consciência de que se necessita dedicar maior atenção ao ambiente humano que se vai organizando paralelamente e em conseqüência do processo de desenvolvimento.

Nesta tarefa, o arquiteto, isolado ou incorporado no órgão da classe, não encontrou caminho fácil de trilhar.

O balanço global dos fatos mostra a obra do arquiteto espremida e embaraçada entre as soluções espontâneas do povo que se urbaniza para mudar de **status** — favelas, alagados, mocambos — e outras geradas pela pouca feliz associação do **laissez-faire** governamental, da especulação imobiliária e de alguma da tecnologia mais apurada, que constitui a parte de edificação convencional de nossas cidades. Neste quadro a obra arquitetônica ou urbanística, quando acontece, assume quase sempre o ar de brilhante exceção.

Essa incômoda e frustante situação continua constituindo o dia a dia do arquiteto brasileiro a despeito de se ter deflagrado no país o mais intenso programa de incentivo a construção até hoje tentado. A ênfase dêsse programa, foi colocada, todavia, na crença de que a simples multiplicação de unidades residenciais traria a solução esperada pela grande maioria da população que mora em habitações de nível sub-normal. A partir dessa ótica, imaginou-se que o problema da moradia estaria resolvido pela mera substituição do barraco pela casa de alvenaria, da favela pelo longínquo conjunto ou vila operária.

Concorrência aberta recentemente pela CHISAM — Coordenação de Habitação de Interêsse Social no Gande Rio — demonstra bem a persistência dêsse enfoque. O primeiro edital de concorrência publicado pela CHISAM destinava-se a construção de 25 mil casas. Em outras palavras, firmas eram convocadas para construir um conjunto que iria abrigar 125 mil pessoas, ou seja, uma comunidade correspondente a cidades do tamanho de São Luiz do Maranhão, Juiz de Fora, Pelotas, que de acôrdo com o censo de 1960 tinham população dessa ordem. Para apreciação das propostas concorrentes o edital estabelecia que "serão fundamentalmente considerados para o julgamento" o menor custo global e o prazo de execução. Apenas. Nenhuma palavra sôbre o projeto urbanístico ou arquitetônico, sôbre os serviços públicos ou sôbre as condições sociais e humanas a serem criadas na nova unidade residencial.

Inconformado com essa maneira de tratar matéria fundamental como é o meio ambiente humano, o Instituto de Arquitetos do Brasil dirigiu-se ao Ministro do Interior de quem espera, uma vez informado dos detalhes dessa concorrência, medidas necessárias à correção da distorção que se está tentando efetivar.

77 ARQUITETURA

November/68

Review of the Institute of Architects of Brazil (IAB)

Abstracts

VII Brazilian Congress of Architects

The Congress, organized by the IAB in Belo Horizonte from September 1 through 29, was attended by 230 delegates, besides economists, sociologists, geographers, sanitarians, social workers, industrials and representatives of government agencies. The agenda covered: I. Practice of the profession; 1.1 Image and function of the architect in the Brazilian social order; 1.2. Legislation, market and professional organization; II. Urban development; II.1. Urban expansion and renovation; II.2 Housing.

It was concluded that Brazilian urbanization, like that of Latin America in general, far from being a repetition of previous experience in industrial countries, was a new phenomenon arising out of the prevailing conditions of underdevelopment and economic subservience, and marked by the following characteristics: unassimilated sections of the urban population; technically inadequate infrastructure owing to a generalized lack of municipal funds; undue influence of speculation in real estate over the spread of urbanization; insufficient control over the use of private land.

Over-all planning must embrace basic industrial expansion, reshaping of the agrarian sector, and suitable measures to promote economic emancipation and suppress the development lag. To this end, a physical planning policy must be framed by the Federal government, independent of income-producing considerations, adapted by state or regional bodies to fit specific conditions, and adequately financed on the municipal (county) level.

Brazilian architects must play a leading part in this response to the challenge of the underdevelopment problem peculiar to their country, and if that challenge is to be met, the archaic structure of university teaching, subordinated to the "elite" concept of the ruling classes, will have to be reformed, intellectual work abstracted from financial and demagogic interests, and the function, responsibilities and rights of the architect be systematized by the organization of professional unions in defense, not of self-interest, but of cultural values as a duty to the community.

National Reality and Planning

Paper presented by the
Guanabara chapter of the IAB

Economic planning should be democratically aimed at securing the well-being of the majority and not the convenience of privileged groups, but unfortunately in Brazil, as in other countries, economic power is often coincident with political power and the holders are not anxious to introduce planning liable to run counter to personal advantage. This resistance is stiffened by the influence of international monopolistic capital, acting through the present regime, which sees no advantage in favoring the underprivileged classes, whereas true planning should place social and community interests above those of the private investor, promote agrarian reform to stem the rural exodus and pursue a foreign trade policy that aims at opening external markets to Brazilian products for sale at a fair price.

After four years of economic progress from 1956 to 1960, when the increase in the GNP averaged 7% p.a., stagnation set in and has grown steadily worse since 1964. Unfortunately, the government elected to channel Brazilian savings towards housing as being the only sector with a potential market for private enterprise. In November 1964 the Housing Bank (BNH) was founded as part of the National Housing Plan (PNH), and the so-called "financed" consumer came into being, as a solution to the problem of providing "a house of their own" for people whose earnings were manifestly insufficient to enable them to pay for it. As a result many buyers have lost their houses, either by forced sale or by choosing to sell at any price rather than lose all the capital already put into them. It would clearly have been wiser to promote sound development and a consequently higher wage level than to create an artificial demand fated to collapse before it could be satisfied.

Instead of aiming at a standard of housing the occupant cannot afford, and which in practice tends to revert to the worst kind of jerrybuilding to save costs for the sole profit of the contractor, the government should settle for the existing shantytown and provide it with light, running water, sewers and streets. Advisable steps would be the transformation of the BNH into an executive organ, supression of intermediaries, sale of rented tenements to the tenants on reasonable terms, drastic taxation of buildings allowed to remain empty to stimulate speculation, and finally the creation of a Research Institute on the national level to test new materials and encourage regional building techniques.

Urban Expansion and Renewal

Paper presented by the
São Paulo chapter of the IAB

The urban population of Brazil has risen from 31.2% in 1940 to 36.2% in 1950 and 45% in 1960, and will amount to more than half the total inhabitants by 1970; the figures for São Paulo are even higher: 60% in 1960 and an estimated 80% in 1972. While more than 50% of Brazilian territory is practically unsettled, with rare cities precariously integrated in the road system, there is a growing area in the east and southeast particularly, with a market economy and advanced economic and social integration. This development is due to the increasingly rapid growth of the population and economic dependence on the higher industrialized countries, particularly the United States.

The problems of urban development, according to their nature, must be tackled at the three levels of administration, but this is only done efficiently when convenient to the government, i.e. the ruling classes. It is therefore the civic and cultural duty of professional associations to publicize such problems at length, pointing out the best solutions and the obstacles in the way of putting them into practice.

The modest results hitherto obtained in land use planning and spatial organization at the regional or even the local level are to be attributed to the necessity of integrating various types of planning, themselves incipient and uncoordinated. In this connection, problems of "indicative" and "administrative" planning are exhaustively discussed, existing deficiencies analysed and policy directives suggested. It is concluded that a determined effort must be made to promote technical economic research into the processes of land use evolution, development and control.

In view of new factors such as the advance of government planning, the integration of social, territorial and economic planning, the influence of financial agencies and the change of scale of private planning organizations, the standards of public planning must be raised and herein the architect is indispensable. Hence, the role of the planning architect and the opportunities open to him in both the public and the private sector are likewise proposed as a fitting subject for discussion at the VII Congress.

Housing and Urbanism in the Jequitinhonha Valley

Delmy Motta Durante

The Jequitinhonha rises some 90 miles northeast of Belo Horizonte and flows 500 miles through the wooded northeast of Minas Gerais to Salto Grande on the Bahia state line, emptying into the Atlantic 80 miles farther on at Belmonte. In this region, now largely pastoral and subsistence farming, even the ranch houses are roughly constructed, chiefly of wood and adobe, plastered and limewashed blue, white or pink. The worker's dwellings are even poorer—mud and wattle walls, palm-leaf thatch and a beaten earth floor—and nearly all the rural population, about 70% of the total, live in disheartening promiscuity. Education and medical care are sadly neglected. On the contrary, the churches are many and well built, some beautiful and most dating back to the colonial period.

Like Topsy, the cities just growed. In the absence of roads, settlements sprang up along the rivers, spreading haphazardly and unplanned; in many cases, floods are still a problem. Sinkaway cess-pools are only too common, and garbage is dumped on vacant lots or at the bottom of the garden. Often the river serves to bathe in, wash clothes and dishes, and even to drink. Electric light, if any, is supplied by a Diesel motor generator that runs for about 4 hours in the evening. Slaughterhouses are unsanitary when they are not falling to pieces.

This is typically a civilization based on leather and placer mining, the latter now dwindling to extinction. Architecture and urbanism (practically unheard of) could only advance, were the economic and social background to be thoroughly re-created instead of steadily degenerating.

Housing in Northeastern Brazil

Edmilson Carvalho Almeida

This study of conditions in the Northeast may well serve to lay a foundation for planning in other underdeveloped areas, where similar difficulties must often be overcome. Purchasing power being too low to cope with the expense involved in the use of modern building techniques, new low-cost methods must be developed to meet the need for middle class housing in medium and short term programs. A serious obstacle to the execution of such programs lies in the reduced capacity of regional manufacturing in the sector of building materials, many of which have to be imported. Even cement production, for instance, cannot keep pace with the rising demand. Basic research is therefore suggested as being absolutely essential to the framing of a satisfactory housing policy for the Northeast, based on present purchasing power, but geared to the demand for higher standards that will develop as income per capital mounts.

ARQUITETURA
Revue de l'Institut des Architectes du Brésil (IAB)

Résumés

VII Congrès brésilien des architectes

Il y avait au Congrès, organisé par l'IAB à Belo Horizonte du 21 ou 29 septembre, 230 délégués sans compter des économistes, sociologues, géographes, hygiénistes, assistants sociaux, industriels et représentants des organismes du gouvernement. L'ordre du jour comprenait: I. Exercice de la profession; I.1. Image et fonction de l'architecte dans l'ordre social brésilien; I.2. Législation, marché et organisation professionnelle; II. Développement urbain; II.1. Expansion et rénovations urbaines; II.2. Habitation.

Il a été conclu que l'urbanisation brésilienne, comme celle de l'Amérique latine en général, loin d'être une répétition des expériences précédentes de pays industriels, était un nouveau phénomène émergeant des conditions de sous-développement et de la dépendance économique du pays marqué par les caractéristiques suivantes: secteurs mal assimilés de la population urbaine, infrastructure techniquement insuffisante due au manque général de fonds municipaux, influence injustifiable de la spéculation en biens-fonds et contrôle incomplet sur l'emploi de la terre de propriété privée.

Une planification globale doit comprendre l'expansion industrielle de base, le remaniement du secteur agraire et des mesures appropriées pour promouvoir l'émancipation économique et rattraper le retard dans le développement. A cette fin, une politique de planification physique doit être élaborée par le gouvernement fédéral, indépendamment des considérations de rentabilité, adaptée par les organismes régionaux ou d'Etat pour remplir des conditions spécifiques, et être financée convenablement au niveau municipal.

Les architectes brésiliens doivent jouer un rôle de leaders pour lutter contre le problème du sous-développement particulier à leur pays, et pour y parvenir ils doivent changer la structure archaïque de l'enseignement universitaire subordonné à la conception des classes dirigeantes, en séparant le travail intellectuel des intérêts d'une politique financière et démagogique et en systématisant les fonctions, responsabilités et droits de l'architecte par l'organisation de syndicats en défense, non de son propre intérêt, mais des valeurs culturelles dues à la collectivité.

Réalité nationale et planification

Thèse présentée par la
section Guanabara de l'IAB

La planification économique doit être démocratiquement dirigée pour assurer le bien-être de la majorité et non la commodité de groupes privilégiés, mais malheureusement au Brésil comme dans d'autres pays, la puissance économique coincide souvent avec la puissance politique et ceux qui la possèdent ne tiennent guère à ce que la planification soit au bénéfice de tous. Cette résistance est renforcée par l'influence du capital international monopolisant qui agit sur le régime actuel et ne voit pas d'avantages à favoriser les classes no privilégiées.

Après quatre ans de progrès économiques de 1956 à 1960 quand l'augmentation du PNB atteignait 7% par an, la stagnation s'installa et n'a fait qu'empirer régulièrement depuis 1964. Malheureusement, le gouvernement choisit de diriger les économies brésiliennes vers l'habitation comme étant le seul secteur de marché potentiel pour l'entreprise privée. En novembre 1964, la BNH était fondée dépendant du PNH (planification nationale d'habitation) et le consommateur "financé" apparaissaît, comme solution ou problème de fournir "un logis à soi" aux gens dont le gain était évidemment insuffisant pour qu'ils puissent se le payer.

Plutôt que de viser à un standard de logements trop chers pour l'occupant et dont le prix de revient est souvent comprimé jusqu'à ce que la construction devienne de la vraie camelote au seul bénéfice de l'entrepreneur, le gouvernement devrait améliorer les bidonvilles en leur fournissant: électricité, eau courante, canalisations et rues. Des mesures à conseiller seraient: transformation de la BNH en organe exécutif, suppression d'intermédiaires, vente des maisons de rapport aux locataires à des conditions raisonnables, impôts drastiques sur les immeubles laissés vides pour stimuler la spéculation et finalement la création d'un Institut de recherches au niveau national pour essayer de nouveaux matériaux et encourager les techniques de construction régionale.

Expansion et rénovation urbaines

Thèse présentée par la
section São Paulo de l'IAB

La population urbaine du Brésil s'est élevée de 31,2% en 1940 à 36,2% en 1950 et 45% en 1960, et atteindra plus de la moitié de l'ensemble des habitants en 1970; les chiffres pour l'Etat de São Paulo sont encore plus frappants: 60% en 1960 et une estimation de 80% en 1972. Alors que 50% du territoire brésilien est à peu près inhabité avec de rares petites villes précairement intégrées dans le système routier, il y a une aire grandissante s'étendant surtout à l'est et au sud-est, caractérisée par une économie de marché et une intégration sociale et économique avancée. Ce développement est dû à l'augmentation de plus en plus rapide de la population et à la dépendance économique sur les pays plus industrialisés, particulièrement les Etats-Unis.

Les problèmes du développement urbain, selon leur nature, doivent être abordés aux trois niveaux de l'administration, mais ceci n'est fait efficacement que lorsque c'est dans l'intérêt du gouvernement, c'est-à-dire, celui de la classe dirigeante. C'est donc le devoir civique et culturel des associations professionnelles de les divulguer en soulignant les meilleures solutions et les obstacles à leur mise en pratique.

Les modestes résultats obtenus jusqu'à présent dans la planification de l'emploi de la terre et de l'organisation de l'espace au niveau régional ou même local doivent être attribués à la nécessité d'intégrer différents types de planification, eux-mêmes naissants et décousus. A ce propos, les problèmes de la planification, tant "indicative" que "administrative", sont discutés assez en détail, les faiblesses existantes analysées et des directives suggérées.

En raison de nouveaux facteurs tels que l'avance de la planification du gouvernement, l'intégration de la planification sociale, territoriale et économique, l'influence des organes financiers et le changement d'envergure des organisations de planification privée, les standards de planification publique doivent être élevés et là, l'architecte est indispensable. C'est pourquoi le rôle de l'architecte de planification et les opportunités qui lui sont ouvertes à la fois dans le secteur publié et privé sont également proposés comme sujet approprié à discuter au VII congrès.

**Habitation et urbanisme
le long de la Jequitinhonha**

Delmy Motta Durante

La Jequitinhonha prend sa source à 150 km au nord-est de Belo Horizonte et coule pendant 800 km à travers la région boisée de Minas Gerais jusqu'à Salto Grande sur la frontière de l'Etat de Bahia pour se jeter par la suite dans l'Atlantique 133 km plus loin à Belmonte. Dans cette région, maintenant surtout caractérisée par l'élevage extensif et l'agriculture de subsistance, même les maisons des gros propriétaires terriens sont construites sans recherche, de bois et d'adobe, crépies. puis peintes à la chaux en rose, bleu ou blanc. Les habitations des paysans sont encore pires — faites de boue et de crachats, couvertures en feuilles de palmier, sol de terre battue — et presque toute la population rurale, environ 70% de l'ensemble de la population, vit dans une lamentable promiscuité. Les soins médicaux et l'éducation sont négligés mais, par contre, il y a nombre d'églises bien bâties dont les plus belles sont de l'époque coloniale.

Les villes poussent comme des champignons. Etant donné l'absence de routes les agglomérations se formaient le long des rivières, s'étendant au hasard et sans plans. En bien des cas, les inondations sont encore un problème sérieux. Les fosses septiques à fond perdu ne sont que trop fréquentes et les ordures sont jetées sur les terrains vagues ou au fond des jardins. Souvent, l'eau de la rivière sert à se laver, faire la vaisselle et la lessive cependant qu'on la boit. La lumière électrique — quand elle existe — est fournie par un groupe Diesel qui marche environ 4 heures dans la soirée. Les abattoirs sont insalubres quand ils ne tombent pas en ruines.

C'est une civilisation typiquement basée sur le cuir et l'exploitation des sables aurifères maintenant prête à s'éteindre; l'architecture et l'urbanisme — ce dernier à peu près inconnu — ne pourraient faire de progrès à moins que l'organisation économique et sociale soit entièrement renouvelée au lieu de se désagréger de plus en plus.

Logement au nord-est du Brésil

Edmilson Carvalho Almeida

Cette étude des conditions de vie au nord-est du Brésil peut servir à poser des fondations de planifications pour d'autres régions sous-développées où des problèmes analogues doivent souvent être résolus. Le pouvoir d'achat étant trop bas pour supporter les dépenses occasionnées par les techniques de la construction moderne, de nouvelles méthodes à bon marché doivent être mises au point pour répondre aux besoins de logement de la classe moyenne par des programmes à court et à long terme. Un des plus sérieux obstacles pour exécuter ces programmes est la capacité médiocre de l'industrie régionale dans le secteur des matériaux de construction, dont la plupart sont importés. Même la production du ciment, par exemple, ne peut répondre à la demande croissante. Des recherches de base sont donc suggérées comme essentielles pour organiser une politique de logement satisfaisante pour le nord-est, fondée sur le pouvoir d'achat actuel mais suffisamment flexible pour répondre à la demande de plus hauts standards qui se développera à mesure que le revenu per capita s'élèvera.

ARQUITETURA
Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil

Conselho de Redação: Augusto Silva Teles IAB-GB; Edgar Graeff IAB-DF; Henrique E. Mindlin IAB-GB; Icaro de Castro Mello IAB-SP; Jorge Machado Moreira IAB-GB; Jorge Wilheim IAB-SP; J. Vila-Nova Artigas IAB-SP; Marcos Konder Netto IAB-GB; Maurício Roberto IAB-GB; Oscar Niemeyer IAB-DF; Paulo Antunes Ribeiro IAB-GB; Paulo F. Santos IAB-GB; Sylvio Vasconcelos IAB-MG e Zuenir Carlos Ventura.

Diretor Responsável: Maurício Nogueira Batista IAB-GB.
Diretor Secretário: Alfredo L. Britto IAB-GB.
Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos
Editor-chefe: Ferreira Gullar.
Diagramação: Sonia Regina Arueira de Meirelles.
Conselho de Representantes: Alberto Xavier IAB-RS Vital Maria Pessoa de Mello IAB-PE; Rosa Alba Sarno IAB-BA; Oscar Gomm Mueller IAB-PR; José Armando Farias IAB-CE; Geraldo Nogueira Batista IAB-DF; Reinaldo Calvo IAB-MG; Siegbert Zanettini IAB-SP.

3 Diálogo

5 Arquitetura hoje

10 Agenda

12 Editorial

14 Concurso para a nova penitenciária da Guanabara

21 VII Congresso Brasileiro de Arquitetos

33 Habitação e urbanismo no Vale do Jequitinhonha

37 Bases para um programa habitacional no Nordeste brasileiro

Capa

**Edifício "Sobradão", Minas Novas, MG, construído em 1821 e considerado o precursor do "aranhacéu".
Foto de Luís Alfredo**

Arquitetura: órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.
N.º 1 — ago./set., 1961
IAB, 1961
v. ilust. 31 cm. mensal.
De ago./set. 1961 — mar./obr. 1962, publicada sob o título IAB-Guanabara.
1. Arquitetura-Brasil-Periódicos. I. Instituto de Arquitetos do Brasil, Rio de Janeiro CDD 720.5

Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB); Alex Nicolaeff (IAB); Claudius S. P. Ceccon (IAB) Fernando Abreu (IAB); Fortuna; Leandro Konder; Mozart Vitor-Sena (IAB); Peter José Schweizer (IAB); Leandro Tocantins, Luiz Miranda Correa. **Tradutores:** John e France Knox. **Bibliotecário** Osmany Chaves Lopes **Redação, Administração e Assinatura IAB-GB —** Av. Rio Branco, 277 — gr. 1.301 — Tel.: 22-1703 — Rio — GB.

Publicidade: SITRAL — Serviço de Imprensa, Televisão e Rádio Ltda. — Rio: Av. Beira Mar, 406 gr. 607 fone: 22-9204 — São Paulo; Rua Seminário, 199 2.º andar conj. 22 fone: 34-9853.

Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. — Rua Teodoro da Silva, 407. **Composição e Impressão:** Gráfica e Editôra Livro S.A.

Publicação distribuída a todos arquitetos, escritórios técnicos, firmas construtoras, de decoração, mobiliária e equipamento para interior, repartições públicas federais e estaduais ligadas à arquitetura, e à construção em geral, governos estaduais e prefeituras municipais, professôres de arquitetura e engenharia, centros acadêmicos do país e entidades culturais, instituições de pesquisas, de ensino superior, e associações de classe nacionais e estrangeiras.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: Preço do exemplar: NCr$ 2,50 número atrasado NCr$ 3,00 exterior US$ 1; assinatura: 1 ano NCr$ 25,00; exterior; US$ 10.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Concurso para a nova penitenciária da Guanabara

O júri do Concurso Público Nacional de Arquitetura para o Anteprojeto da Nova Penitenciária do Estado da Guanabara foi presidido pelo juiz Bandeira Stampa e constituído pelos arquitetos Marcos Konder Netto, representante da CEDEP; Willey Medeiros de Vasconcellos, representante da Divisão de Obras da SUSIPE; Alfredo L. Brito e Geraldo Nogueira Batista, representantes de IAB-GB e IAB-DF, respectivamente. A ata dos trabalhos finais do júri consigna que o presidente Bandeira Stampa "enfatizou a tese de que a solução pavilhonar, com blocos isolados, é a única que oferece condições materiais para a efetivação do atual ideal penitenciário, qual seja a recuperação do interno. Nesse sentido, fêz um apêlo para que os membros do júri procurassem dentro os projetos apresentados, apontar como vencedor aquêle que apresentasse essas condições, no seu planejamento global, mesmo que, do ponto de vista da creatividade arquitetônica, tal projeto não oferecesse solução marcante. Lembrou, ainda, que qualquer resultado fora daqueles princípios poderia, eventualmente, frustar o concurso no seu objetivo básico, qual seja a efetiva construção do conjunto penitenciário, além de possibilitar uma repercussão negativa nos meios penitenciários".

Encerrados os trabalhos do júri, no ato público de identificação dos projetos selecionados, verificou-se a seguinte classificação:

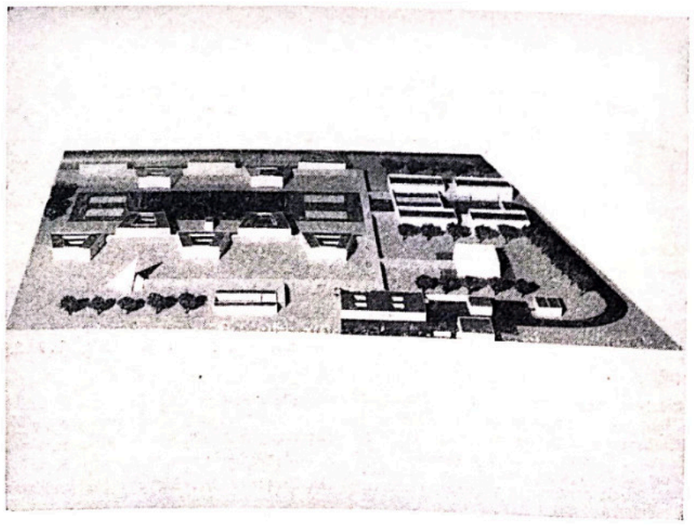
1.º lugar: Ângela Tâmega Menezes — responsável pela equipe, Yara Lúcia Costa Lima, Mehdi Kazemi Bid-Hendi, Seid Ahmas Farahbakhsh Isfehar, prêmio: NCr$ ..... 14.000,00 — IAB-Guanabara.

2.º lugar: Luiz Forte Netto — responsável pela equipe, Joel Ramalho Junior, José Maria Gandolfi, Roberto Luiz Gandolfi, Vicente de Castro, prêmio: NCr$ 6.000,00 — IAB-Paraná.

3.º lugar: José Geraldo de Almeida — responsável pela equipe, Adilson Miranda Neto. Consultor: José Marcelo de Araujo Junior, prêmio: NCr$ 4.000,00 — IAB-Guanabara.

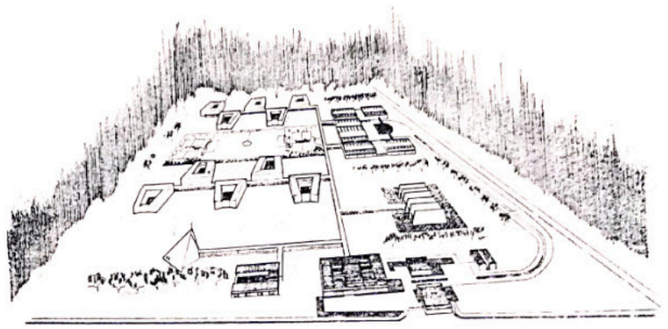
Menção Honrosa: Ezequiel Bertoldi, José M. Pessoa, Luiz Gobeth Filho, consultor estrutural: Jorge Kurkdjian, colaboradores: Guilherme Araújo, Mario Durão Filho, Renato De Nicolla, Ricardo Belpiede, prêmio: NCr$ 1.500,00 — IAB-São Paulo.

Menção Honrosa: Jouber Paulo Vicente, prêmio: NCr$ 1.500,00 — IAB-Guanabara.



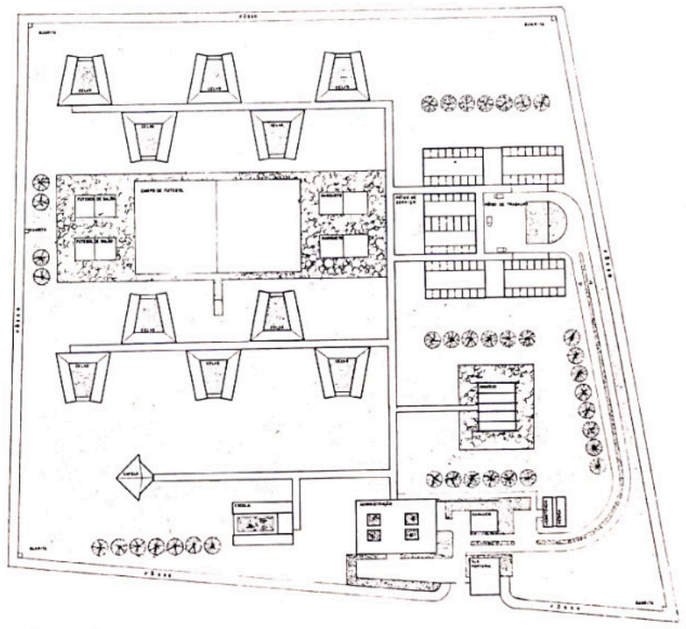
Primeiro lugar

arquitetos Ângela Tâmega Menezes, Yara Lúcia Costa Lima, Mehdi Kazemi Bid-Hendi, Seid Ahmad Farahbakhsh Isfehar, IAB-GB

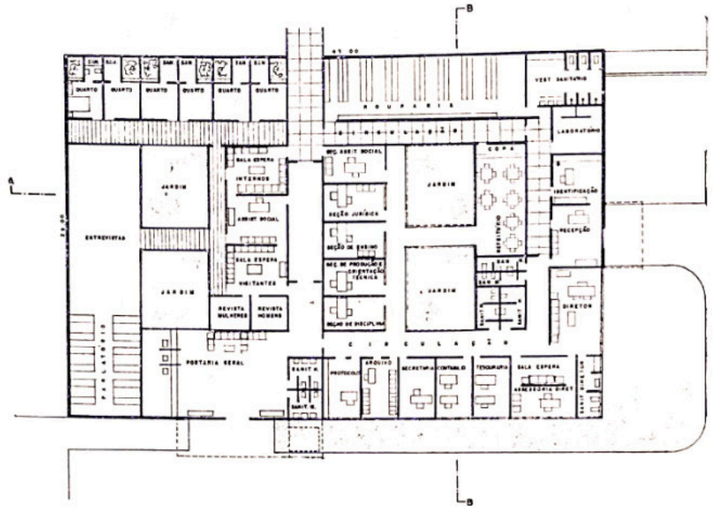


Pesrpectiva de conjunto

Planta de situação



Como a penitenciária do Estado da Guanabara deverá determinar uma nova política no tratamento do interno, procuramos criar um conjunto arquitetônico que refletisse o estudo do problema sob esta nova e modernizada concepção: o comportamento do homem e a sua recuperação através de atividades culturais, desportivas e ocupacionais. Distribuímos os blocos, racionalmente pelo terreno, ligando-os com passagens cobertas e vedadas por elementos vazados tipo combogó. Isto permite o contrôle da circulação do interno, orientando e restringindo o seu trajeto de acôrdo com a necessidade. O mesmo objetivo principal foi buscar a solução mais econômica, e objetivamos uma arquitetura de estrutura simples, paredes brancas, lisas ou chapiscadas, esquadrias de ferro nas dimensões estritamente necessárias, cobertura em laje e telha de fibro cimento ameanto (telha canalete). Em relação às esquadrias, o seu estudo foi baseado no sentido da boa iluminação, não dando entretanto possibilidade de fuga. Devolvemos os diversos blocos, sempre que possível e necessário, em tôrno de um pátio, visando à ventilação cruzada, uma vez que é notório o clima quente de Bangu. Distribuídas em dez blocos de dois pavimentos, as celas desenvolvem-se em tôrno de um pátio interno. Foi garantida uma circulação de ar farta através de aberturas que cada cela tem para o exterior.



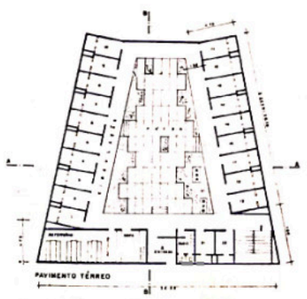
Planta setor administrativo

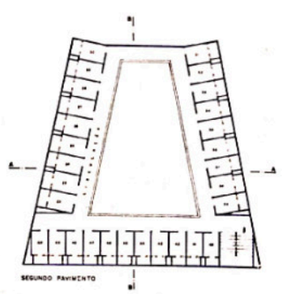


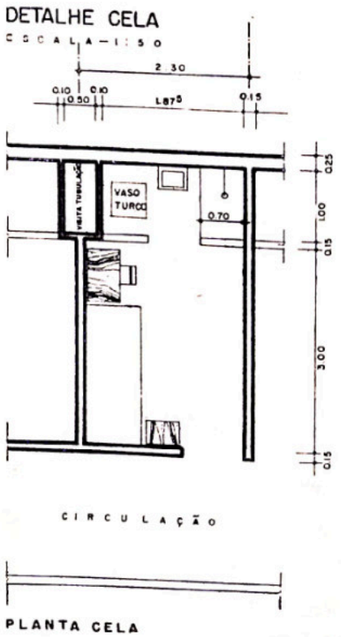
CORTE A-A



CORTE B-B

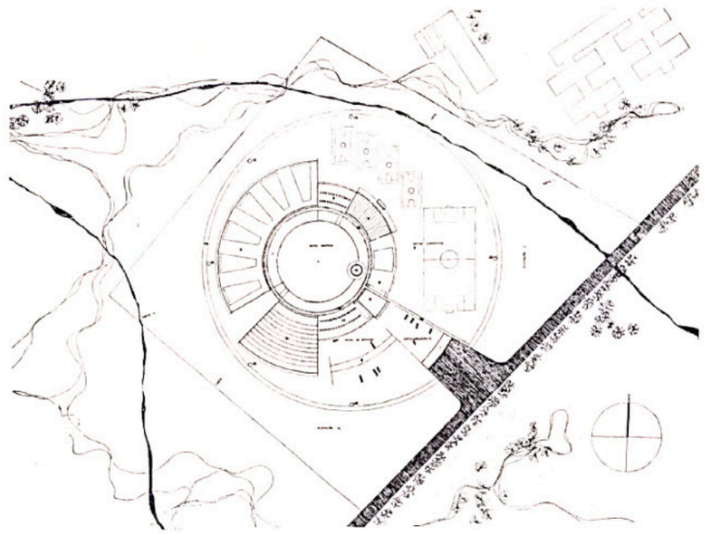






Segundo lugar

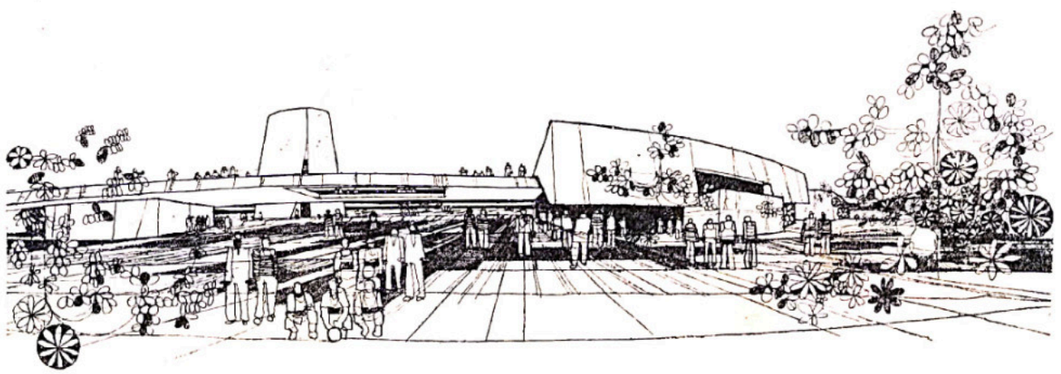
arquitetos Luiz Forte Netto, Joel Ramalho Júnior, José Maria Gandolfi, Roberto Luiz Gandolfi e Vicente de Castro, IAB-PA



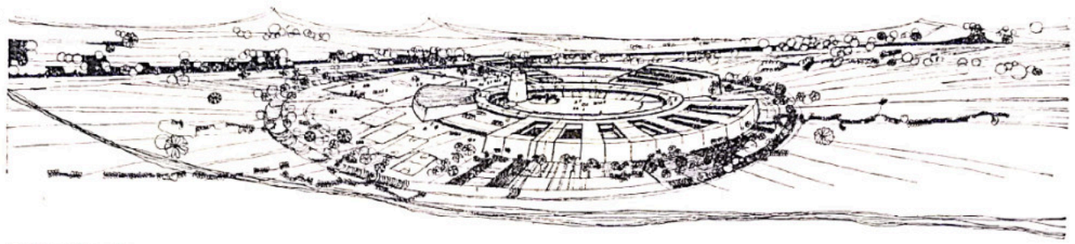
Planta de situação

Dentro dos modernos conceitos, uma penitenciária de segurança média deve constituir um conjunto arquitetônico no qual a fluência espacial se processe de maneira fácil e desempedida, liberando visuais alongadas, que evitam a sensação de opressão e confinamento. A limitação da liberdade física dos internos deve ser humanizada pela amplitude dos espaços, pelas relações entre os mesmos e pelas ligações dos interiores com os exteriores. O conceito formal proposto visa a materialização dêstes princípios. Unidades de alojamentos, serviços, locais de trabalho e de educação desenvolvem-se dentro de ambientes adequados a cada finalilade e revelam-se externamente, com tratamento plástico caracterizado. Às funções primordiais de trabalho e educação foi dada ênfase especial. A superposição das circulações, dispostas em anel em tôrno do pátio central, estrutura o partido adotado, com os diferentes prédios desenvolvendo-se em uma seqüência coerente, tanto no plano horizontal, como no vertical. Adotou-se estrutura em concreto armado com possibilidade de pré-moldagem ou execução "in loco". Tôdas as linhas de equipamentos e instalações se localizarão no anel central de circulação, distribuindo-se através de ramificações radiais.

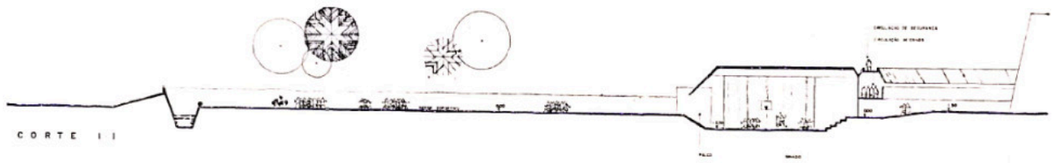
Perspectiva externa

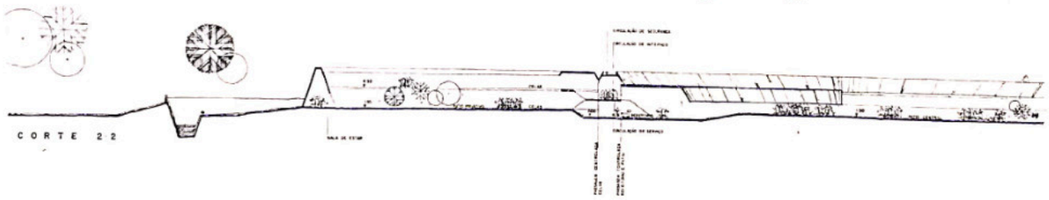


18

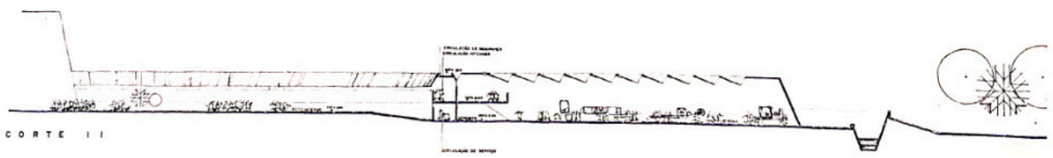


Perspectiva aérea





cortes

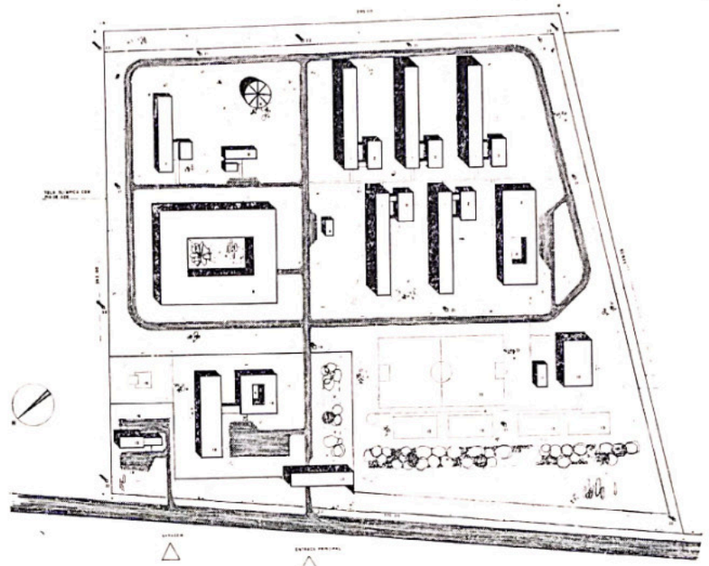




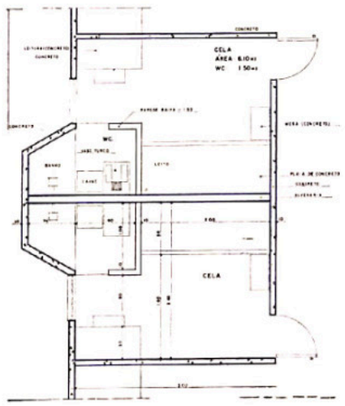
Terceiro lugar

arquitetos José Geraldo de Almeida, Adilson Miranda Neto.
consultor: João Marcelo de Araujo Júnior IAB-GB

19



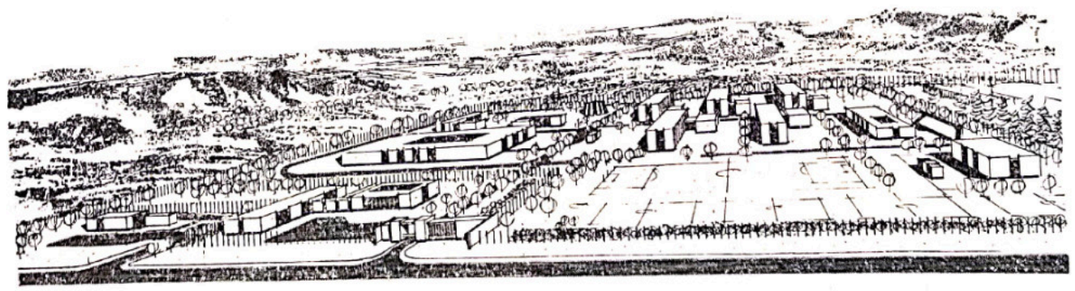
Planta de situação



detalhe da cela

Com a finalidade de dar mais simples e mais agradável vista do conjunto, optamos pelo domínio horizontal dos edifícios, facilitada pela própria conformação do terreno. Os volumes das construções são formados de cheios e vazios marcando bem a característica do partido adotado. A construção será simples e poderá ser feita com os materiais tradicionais, atendendo as normas de construção barata e fàcilmente executável. Em tôdas as unidades de uso prolongado foram lançadas lajes e coberturas em fibrocimento, possibilitando ventilação cruzada. Nos blocos de alojamentos, foram criadas lajes duplas para facilitar as instalações.

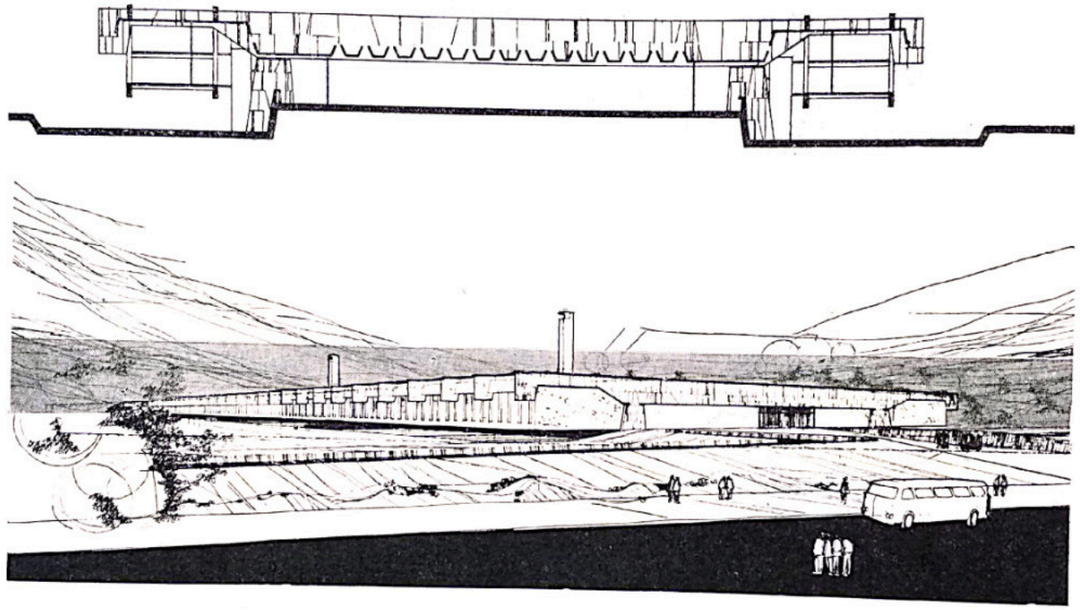
Perspectiva de conjunto



Menção honrosa (I)

20 arquitetos Ezequiel Bertoldi, José M. Pessoa, Luiz Gobeth Filho
IAB-SP

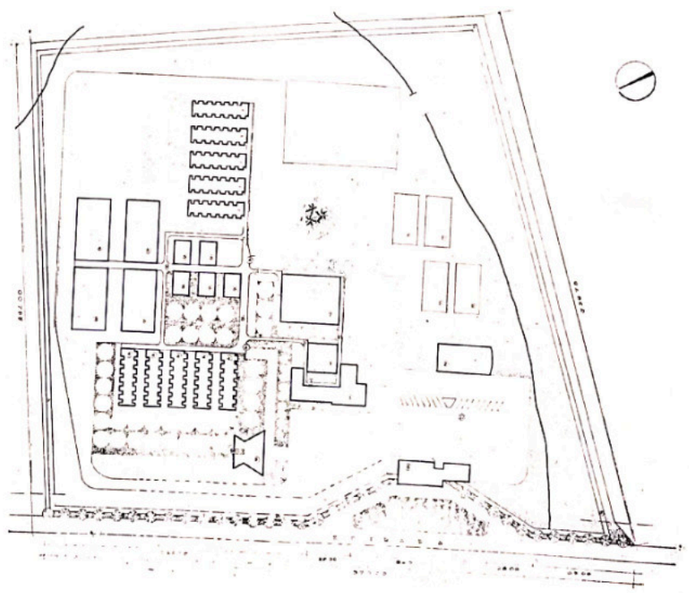
Buscou-se uma solução capaz de proporcionar condições idênticas a todos internos, seja do ponto de vista do sol, seja da visibilidade. O projeto compreende duas salas, entre as quais se situam as áreas de uso comum. Os internos ficarão em oito unidades autônomas de celas, isoladas por tela e vegetação.



Menção honrosa (II)

arquiteto Jouber Paulo Vicente
IAB-GB

Arquitetônicamente, procurou-se para o conjunto uma forma tal que em nada fôsse lembrado o tradicional e esmagador aspecto físico de prisão — seriam mesmo bastante útil que tal denominação estivesse de vez abolida. Assim dividiu-se o conjunto em dez blocos de dois pavimentos. Tais blocos não seguem estritamente a divisão sugerida pelos ítens do programa. Em alguns casos achou-se conveniente uma disposição diversa. Assim as salas de aula e biblioteca encontram-se ligadas ao bloco da administração, enquanto o ginásio foi colocado inteiramente à parte, próximo aos campos de esporte ao ar livre. Para as suas atividades normais diárias, circulará o interno por passarelas cobertas e fechadas por elementos vazados de segurança — as grades devem sempre ser evitadas.



Com a participação de 230 delegados, além de economistas, sociólogos, geógrafos, médicos sanitaristas, assistentes sociais, industriais e representantes de entidades governamentais, realizou-se, em Belo Horizonte, de 21 a 29 de setembro, o VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, a cargo do IAB-MG.

Foi o seguinte o temário do Congresso:

Tema I — Exercício da Profissão do Arquiteto

Subtemas: I.1) Imagem e função do arquiteto na sociedade brasileira.

1.2) Legislação, mercado e organização profissional do arquiteto.

Tema II — Desenvolvimento Urbano

Subtemas: II.1) Expansão e renovação urbanas

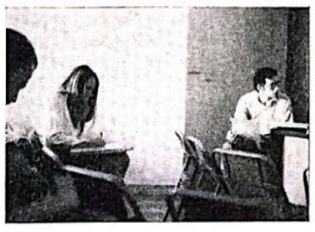
II.2) Habitação

O temário do VII Congresso visou atender simultâneamente o interêsse dos arquitetos brasileiros, que nesse momento parece estar voltado principalmente para o problema do exercício da sua profissão, e também, a necessidade da preparação para o Congresso da Associação Panamericana das Associações de Arquitetos (realizou-se em outubro).

O Departamento de Minas Gerais, objetivando descobrir os pontos que poderiam despertar maior interêsse para discussão durante o VII Congresso promoveu uma pesquisa entre os colegas de Belo Horizonte que indicou ser o problema do exercício da profissão o que mais polarizaria a atenção e o interêsse de todos.

O temário foi debatido nos quatro grupos de discussão que funcionaram durante o Congresso, cada grupo dedicado à discussão dos trabalhos que versaram sôbre cada um dos subtemas.







I Premiação Bienal de Arquitetura

Simultâneamente com o VII Congresso, realizou-se, no sagão da Prefeitura de Belo Horizonte, uma exposição de projetos concorrentes à I Premiação Bienal de Arquitetura Brasileira, promovida pelo IAB. A exposição reuniu 44 trabalhos de arquitetos de Minas Gerais (13), Guanabara (8), São Paulo (20) e Paraná (3), todos êles já detentores de prêmios ou menções honrosas de Departamentos do IAB, de acôrdo com o regulamento da Bienal.

Prêmios

O júri da I Premiação Bienal, constituído dos arquitetos Júlio José Franco Neves, IAB-SP; Maurício Nogueira Batista, IAB-GB; e Pasqualino Romano Magnavita, IAB-BA, decidiu atribuir os seguintes prêmios IAB-1968:

Categoria A — 1 — Obra construída — Habitação Unifamiliar — aos arquitetos Siegbert Zanettini — IAB-SP, Cândido Malta Campos Filho — IAB-SP e Manoel Kosciuszko Correa — IAB-SP, pelo conjunto das duas residências apresentadas;

Categoria A — 2 — Obra construída — Habitação Coletiva — aos arquitetos Jaime Lerner — IAB-PR e Rafael Dely — IAB-PR, pelo conjunto residencial Mateus Leme;

Categoria A — 6 — Obra construída — Edifício para fins esportivos e recreativos — aos arquitetos Eduardo Mendes Guimarães — IAB-MG e Gaspar Carreto — IAB-MG, pelo Estádio Minas Gerais (Mineirão);
Categoria A — 8 — Obra construída — Edifício para fins religiosos — ao arquiteto Hans Broos — IAB-SP, pelo Centro Paroquial São Bonifácio;

Categoria A — 9 — Obra construída — Edifício para fins diversos — ao arquiteto Wit-Olaf Prochnik — IAB-GB — pelo Monumento ao Operário do Paraná;

Categoria F — Obra construída — Arquitetura Interior — ao arquiteto Roberto Bastos Cruz — IAB-GB — pela loja L'Atelier do Rio de Janeiro;

Categoria H — Trabalhos escritos — o arquiteto Jorge Wilheim — IAB-SP — pela publicação "São Paulo, Metrópole 1965". Decidiu, ainda o júri, também por unanimidade, e nos têrmos do item 2.2.1 do regulamento da Premiação Bienal do IAB, atribuir os seguintes menções honrosas:

Categoria A — 1 — Obra construída — Habitação Unifamiliar — ao arquiteto Aristides Salgado dos Santos — IAB-MG — pela residência Enock Muzzi;

Categoria A — 2 — Projeto — Habitação Coletiva — ao arquiteto Pôrto do Sino. IAB-GB — pelo Condomínio Pôrto do Sino.
Categoria B — 5 — Projeto — Edifício para fins Educacionais ou Culturais — aos arquitetos Joaquim Guedes — IAB-SP, e Tokuji Ito, IAB-SP pelo Ginásio Sorocaba;
Categoria B — 9 — Projeto — Edifício para fins diversos — aos arquitetos Fernando de Oliveira Graça — IAB-MG, Francisco José do Espírito Santo — IAB-MG, Marina Wasner — IAB-MG, Mário Berti — IAB-MG, Raul Cunha — IAB-MG, Ronaldo Massote, IAB-MG, Suzy de Mello — IAB-MG e Walter Machado — IAB-MG pela Estação Rodoviária de Belo Horizonte.

Categoria E — Obra construída — Paisagismo — aos arquitetos Jaime Lerner — IAB-PR, D. H. Bongestabs e O. P. Oliveira — IAB-PR, pela Praça 29 de Março.

Conclusões do Congresso

22 As responsabilidades da classe dos arquitetos perante a sociedade brasileira devem ser definidas a partir de uma interpretação global da situação do país no tocante a organização do espaço físico.

O fato dominante é o processo de urbanização acelerada que se desenvolve no quadro de uma economia subdesenvolvida e dependente. O significado quantitativo dêsse processo evidencia-se no fato de se prever que em 1970 a maioria da população brasileira será urbana.

A urbanização brasileira, como a latino-americana em geral, não representa uma reedição tardia da urbanização experimentada pelos países industrializados no último século, mas pelo contrário é um fenômeno nôvo. Sua originalidade decorre precisamente das condições de subdesenvolvimento e de dependência econômica do país e se traduz na existência de traços peculiares dos quais se podem destacar:

— a existência de um contingente de populações urbanas não integradas na economia e que permanecem marginalizadas;

— o baixo nível técnico das infra-estruturas na maior parte das áreas urbanas, decorrente da insuficiência generalizada dos recursos municipais;

— o predomínio da especulação sôbre o valor da terra nos processos de urbanização;

— o atrazo institucional no tocante às questões de contrôle do uso da propriedade privada do solo.

No essencial, a causa dêsses problemas reside na própria estrutura atual da nossa sociedade, estrutura que também define as instâncias de poder e decisão.

Em tais condições, o exercício das atividades do arquiteto, em nível de planejamento, implica necessàriamente a capacidade de interpretação crítica da realidade sócio-econômica.

Surge assim para o arquiteto tarefa do mais alto sentido cívico-cultural, qual seja a de revelar em maior extensão os problemas do desenvolvimento, de apontar soluções efetivas e denunciar os empecilhos que comprometem a sua adoção.

A orientação dada pelo govêrno a suas iniciativas no campo da habitação e do planejamento baseia-se teòricamente, na confiança no mecanismo espontâneo do mercado e na iniciativa privada para encaminhar a solução dos problemas, rege-se pelo critério da mínima interferência do poder público no mercado e pelo da rentabilidade dos investimentos. Nessa orientação, expressão particular de uma política geral, reside a causa fundamental das deficiências da atuação do poder público no campo da habitação e do planejamento.

O BNH, construído como órgão essencialmente financeiro, em que pese ao vulto dos recursos a êle canalizados e da realização de um certo número de experiências, não atua em têrmos de planejamento efetivo habitacional ou urbano.

Adotando, em virtude de sua própria constituição anterior meramente quantitativos para definir sua ação, o BNH desliga na prática a moradia de todos os complementos essenciais à vida social e cultural dos habitantes e que definem o meio como instrumento de civilização. O pressuposto de que tais elementos devessem ser fornecidos pelas municipalidades locais, não se verifica nas condições de notória insuficiência financeira e técnica das prefeituras.

A implantação de conjuntos habitacionais financiados através do BNH em localizações determinadas pelo jôgo do mercado imobiliário e de especulação, na ausência também notória de qualquer planejamento, tem resultado em novos problemas e conflitos no processo de expansção urbana.

O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão destinado teòricamente a prevenir êsses conflitos, também em razão de sua orientação de base viu-se pràticamente reduzido à inoperância. Colocado em posição passiva perante as presumidas solicitações de financiamento das prefeituras, êsse órgão nenhuma ação efetiva poderia exercer no sentido de disciplinar o processo de urbanização em têrmos regionais.

Prêso a critérios de rentabilidade inadequados a planos que têm caráter de pré-investimentos, especialmente considerando as condições políticas e financeiras reais das nossas municipalidades, o SERFHAU não vem desempenhando um papel significativo no processo de expansão urbana atual.

A criação de um órgão nacional de desenvolvimento urbano, não subordinado a critérios bancários, destinado a financiar não apenas os planos mas também a sua implementação e as desapropriações necessárias, seria avanço considerável sempre que sua constituição fôsse acompanhada da reformulação efetiva da orientação dos órgãos oficiais.

Apesar de terem sido os arquitetos brasileiros os pioneiros no campo do planejamento físico e os primeiros defensores de sua institucionalização em todos os níveis, a solicitação de sua participação no atual processo é muito inferior às reais possibilidades de intervenção por êles já demonstradas.

A classe dominante e o poder constituído na medida em que procuram preservar suas estruturas de domínio, relegam as questões de menor significado, não convocando a participação do equacionamento e resolução dos problemas que afligem a maioria do povo brasileiro, desvirtuando a sua função e transmitindo a falsa imagem de que o arquiteto serve apenas às elites.

A subordinação dos valôres técnicos a critérios meramente financeiros explica o fato de que as atividades do BNH não tenham determinado uma solicitação do trabalho de arquitetos quantitativa ou qualitativamente correspondente ao vulto dos recursos mobilizados. No caso geral, essa solicitação se opera sob a direção de empresários ou especuladores.

O surgimento de emprêsas de planejamento, freqüentemente ligadas a mecanismos de financiamento, determina uma tendência a condicionar a seleção dos técnicos nos interêsses financeiros. Como grande parte dos financiamentos é originária de fontes externas ao país, essa tendência implica também em relegar a participação do técnico nacional a plano secundário.

É dever da classe caracterizar com clareza e vigor sua verdadeira situação perante a sociedade, denunciando que em conseqüência da miopia dos podêres constituídos, os arquitetos se acham confinados a uma restrita participação nas tarefas que lhes cabem. Assim sendo, além de lutar por crescente participação em tôdas as atividades do campo profissional, participação essa que deve naturalmente abranger os níveis de decisão técnica dos próprios órgãos oficiais, o arquiteto deve considerar a sua integridade científica na avaliação crítica dos processos em curso e deve ainda ser capaz de apontar as diretrizes corretas e suas implicações em todos os níveis.

A política do planejamento físico só é coerente como vetor de um planejamento nacional global que abranja o desenvolvimento da indústria — principalmente da indústria de base — a reformulação do setor agrário e as demais medidas visando a emancipação econômica e a superação do subdesenvolvimento.

A definição dessa política de planejamento físico é responsabilidade intransferível do poder público em seus diferentes escalões, sempre com total independência relativamente aos órgãos financiadores.

Ao Govêrno Federal cabe a definição da política de planejamento em escala nacional. A adequação dessa política às características específicas de cada região deve ser efetivada através de órgãos regionais ou estaduais de planejamento. Por sua vez, a efetivação do planejamento no nível municipal requer a obtenção de recursos financeiros em condições compatíveis com os objetivos sociais do processo, além de critérios objetivos práticos e flexíveis nas tarefas técnicas de planejamento.

Nas equipes técnicas correspondentes a todos os níveis o arquiteto deve ter o seu lugar, atuando quer no serviço público quer no setor da atividade privada.

As perspectivas que assim se abrem colocam novos problemas para a classe e definem novas responsabilidades.

Devido à natureza de suas tarefas essencialmente comprometidas com as aspirações da maioria, o arquiteto só poderá definir uma atuação válida se fôr um profissional vinculado às realidades humanas da população.

A especialidade dos problemas urbanos e habitacionais do país, resultante do caráter històricamente original da situação do subdesenvolvimento e das peculiaridades culturais do nosso povo, exige resposta também original, cuja elaboração representa uma tarefa cultural a cargo dos arquitetos brasileiros.

Para respondermos a êsse desafio é indispensável também a reformulação das universidades no que se refere à sua estrutura arcaica e subordinada aos interêsses das classes dominantes, permitindo sua participação crítica e ativa no exame e na resolução dos problemas nacionais.

Para poderem cumprir suas tarefas os arquitetos brasileiros devem elevar o nível de sua organização como categoria profissional. A defesa do trabalho intelectual contra a tendência de subordiná-lo aos interêsses financeiros e demagógicos só pode ser eficaz em têrmos coletivos. Como condição para o salvaguarda dos valôres culturais que a arquitetura representa, a sistematização das funções, responsabilidades e direitos do arquiteto, assim como a formação dos sindicatos de arquitetos, não constituem mera defesa de interêsses profissionais, mas são obrigações que temos perante a coletividade.

Proposições Normativas do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos dirigidas aos órgãos do IAB e aos Arquitetos

1 — Organização

1.1 — O desenvolvimento da profissão do arquiteto está criando novas condições e formas de atuação profissional, e determinando o surgimento de problemas, não só de representações legais e defesa profissional que fogem da alçada do IAB, mas também de instrumentos de ação mais amplos e conseqüentes.

Para nos equiparmos dêstes novos instrumentos legais, o VII Congresso determina às Unidades Federadas do IAB, criarem nas suas respectivas regiões o Sindicato dos Arquitetos.

1.2. — As Unidades Federadas devem preparar-se para colaborar com o IAB-SP e a DINEXP (Divisão Nacional do Exercício da Profissão) na elaboração de um documento intitulado "O Arquiteto, suas funções, responsabilidade e direitos", de acôrdo com a seguinte sistemática:

a) até o dia 30 de novembro as Unidades Federadas receberão um texto básico sôbre o roteiro aprovado no Congresso, que deverá ser debatido e devolvido até o dia 15 de janeiro próximo, com sua contribuição crítica.

b) participação na 2.ª quinzena de março, em seu encontro específico, em São Paulo, programado para a aprovação do texto final dêsse documento.

1.3. — A necessidade de maior eficiência nos trabalhos dos Congressos e Encontros levou o VII Congresso a decidir:

a) que os próximos Congressos e Encontros sejam realizados com maior freqüência, menor duração e temas mais específicos.

b) que o seu temário seja fundamentado sôbre um texto básico preliminar, onde os principais problemas sejam levantados com profundidade.

c) que as Unidades Federadas, a partir dêsse texto encaminhem, com antecedência, propostas da resolução.

d) que as divisões nacionais dêem uma contribuição efetiva às colocações anteriores.

2. Programa de Ação

2.1 — Entendendo que o país deve, ao contrário do que preconiza o govêrno, multiplicar ràpidamente a formação de seus quadros profissionais, mantendo o ensino gratuito em todos os níveis e, abrir a universidade a contingentes cada vez maiores da população, o VII Congresso considera, entretanto, que tal processo deve ser planejado em escala nacional e regional, evitando duplicação de instituições e equipamentos.

2.2 — Tendo em vista a não regulamentação das atribuições profissionais previstas em lei, que serão inicialmente elaboradas regionalmente, devem as unidades federadas e os arquitetos aplicar táticas elaboradas pela DIMEXP capazes de melhor definí-las, orientando sua participação junto às congregações, faculdades, câmaras especializadas, CREAS e CONFEA.

2.3 — A participação do IAB e das Unidades Federadas é indispensável na formulação dos programas para a criação de qualquer órgão de planejamento resultante da fusão ou não das já existentes.

2.4 — O IAB e as Unidades Federadas devem se empenhar junto às autoridades, e órgãos competentes visando a adequação da política nacional de planejamento urbano as características específicas de cada região, levando-se em conta seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais; tal adequação deverá ser efetivada e institucionalizada através de órgãos regionais.

2.5 — Cabe, também, ao órgão de classe dos arquitetos insistir na defesa de uma política habitacional envolvendo programas diversos e flexíveis características de etapas dos processos de formação e crescimento da população e que em nenhuma hipótese a construção de conjuntos habitacionais prescinda de exame qualitativos das soluções apresentadas, bem como das condições de localização entre a área escolhida e a estrutura urbana.

2.6 — O IAB e as Unidades Federadas devem estimular, em convênio com outros órgãos e instituições interessados, o estudo e a pesquisa de materiais e técnicas convencionais e das soluções usuais, no sentido de sua racionalização sem descuidar da adequação de técnicas mais avançadas à realidade do país.

2.7 — O IAB e as Unidades Federadas devem promover junto à entidades governamentais a realização periódica de reuniões, encontros ou seminários com o objetivo de debater e analisar as experiências e pesquisas de novas soluções de ensino, arquitetura e urbanismo.

3. Diretriz para aplicação das resoluções

3.1 — Os arquitetos brasileiros devem atentar para o disposto no capítulo II da lei 5194/66, que determina e garante os direitos autorais, como sendo um instrumento de emancipação do profissional, principalmente para os assalariados em setores públicos e privados. O mesmo acontece com o art. 8.º desta lei que não reconhece pessoas jurídicas a autoria de projetos.

3.2 — Como decorrência da necessidade de vinculação permanente com a realidade os arquitetos devem considerar os princípios básicos expressos pelo CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — Gov. de S.P.)

a) o processo de planejamento é mais importante que o Plano. É mais importante para o Município, que para a Prefeitura passe a agir de maneira mais planejada nos serviços que presta, nos investimentos que aplica na forma de influir sôbre o desenvolvimento municipal ou de gerir os recursos públicos.

b) o plano deve ser exatamente adequado à realidade do Município

c) o plano deve ser exequível. Deve ser enquadrado dentro dos recursos financeiros da Prefeitura e ser fàcilmente assimilado pela estrutura administrativa.

d) o nível de profundidade dos estudos deve ser apenas necessário para orientar a ação da municipalidade.

O conhecimento da realidade irá se aprofundando por aproximações sucessivas de um Plano a outro. Assim não se deve onerar o custo da elaboração do Plano com pesquisas de análise nos setores e nos níveis de profundidade que não sejam exigidos para informar as decisões assumidas no Plano e a fixação dos programas de ação. Deve-se rejeitar qualquer rol teórico de estudos elaborados independentemente das condições reais do Município.

e) a elaboração do Plano converge para dois documentos principais que consubstanciam todo o trabalho: 1) — O Plano de Diretrizes — que fixa a política global do desenvolvimento do Município e as perspectivas mais gerais para o seu Planejamento (médio e longo prazo), deve expressar os anseios de tôda a população e deverá ter em vista os objetivos da comunidade e não o arbítrio dos que no momento exercem autoridade. 2) O Plano de Ação do Prefeito que representa a decisão e o compromisso assumido pelo Prefeito quanto às notas de sua administração, (plano a curto prazo) deverá expressar o mais perfeitamente possível a política do Executivo e orientará o processo de elaboração do Orçamento-Programa e o Orçamento Plurianual de Investimentos.

3.3 — Os arquitetos e o IAB devem adotar a tabela de honorários anexa dos serviços profissionais referentes às perícias, vistorias, avaliações, arbitramentos e perícias judiciais nas suas diversas espécies.

Tabela de honorários dos serviços profissionais referentes às perícias vistorias, avaliações, arbitramentos, e, perícias judiciais nas suas diversas espécies.

01 — Os trabalhos a que se referem a presente tabela, são aqueles realizados por profissionais habilitados, dentro das suas respectivas atribuições, fixadas pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

01.1 — São relativos a Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, suas partes integrantes e pertencentes, Máquinas e instalações industriais, obras e Serviços de utilidade pública e Bens de Direito que, de qualquer forma, para sua existência ou utilização, sejam atribuições dos profissionais cujas atividades estejam reguladas pela Lei n.º 5194, de 25/12/66.

02 — O profissional se obriga a fazer um trabalho minucioso, e fornecerá um Laudo que é o resultado dos trabalhos, expresso em conclusões escritas — e gráficas se fôr o caso — devidamente fundamentadas.

02.1 — o Laudo será assinado pelo profissional e conterá também o título e número da carteira do CREA.

03 — A tabela está expressa em percentagem sôbre o valor total dos bens móveis, imóveis, semoventes, serviços e bens de direitos, objeto do trabalho a realizar.

04 — Tabela de honorários:

		taxa fixa	1 (um) SM
04.1	— Até 50 x SM		
04.1	— Pelos primeiros 50 x SM		2,0%
	Do que exceder até 100 x SM		1,6%
04.3	— Pelos primeiros 100 x SM		1,8%
	Do que exceder até 250 x SM		1,4%
04.4	— Pelos primeiros 250 x SM		1,6%
	Do que exceder até 500 x SM		1,2%
04.5	— Pelos primeiros 500 x SM		1,4%
	Do que exceder até 1000 x SM		1,0%
04.6	— Pelos primeiros 10,00 x SM		1,2%
	Do que exceder até 2000		0,8%
04.7	— Pelos primeiros 2000 x SM		1,0%
	Do que exceder até 5000 x SM		0.5%
04.8	— Pelos primeiros 5000 x SM		0,7%
	Do que exceder, sem limite		0.2%

05 — Caso os trabalhos sejam realizados, fora dos limites do Município sede do profissional, receberá também o profissional, as despesas correspondentes às viagens e estadas necessárias à realização do serviço.

06 — Na hipótese da necessidade de execução de serviços complementares, — como levantamentos plani-altimétricos, sondagens geológicas, estudos do solo, material cartográfico, aerofotogrametria, dados, estatísticos, pesquisas, desenhos, etc. — o contratante os fornecerá ao profissional, ou autorizará a sua execução, correndo às suas custas tôdas as despesas necessárias.

07 — O profissional receberá os seus honorários, indicados nesta tabela, de uma só vez, quando da apresentação do Laudo correspondente.

07.1 — Nos casos de atraso do pagamento, haverá correção monetária na data do recebimento, de acôrdo com a revista Conjuntura Econômica'.

07.2 — Caso haja necessidade de parcelamento dos honorários, a forma de remuneração deverá ser estipulada de comum acôrdo, pelo contratante e profissional.

Tese IAB - São Paulo
Expansão e Renovação Urbana

O texto apresentado a seguir resulta de um rápido apanhado de alguns dos temas discutidos na sub-comissão de planejamento, organizado para preparar o Congresso.

As limitações de tempo e participação que cercaram o trabalho desta sub-comissão não permitiram amadurecer um consenso bastante amplo sôbre os inumeráveis aspectos que mereceriam discussão neste Congresso. Assim, o texto apresentado limita-se a notas sôbre algumas preocupações de arquitetos de São Paulo vinculados ao planejamento, e que poderão ser melhor tratadas, no próprio desenvolver do Congresso.

O texto apresenta ao Congresso temas relativos a:

1 — Urbanização do Brasil e desenvolvimento.

2 — Planejamento e Urbanização.

3 — Planejamento territorial em escala regional.

4 — Planejamento regional em escala local.

5 — Alguns problemas profissionais.

Os primeiros temas são tratados de forma mais afirmativa, ainda que em plano bastante geral, enquanto que nos últimos apenas se localizam assuntos passíveis de discussão evitando-se adiantar as conclusões que ao Congresso cabe chegar.

I — A urbanização no Brasil e seu significado

1.1 — Como nos demais países da América Latina o Brasil sofre um processo de urbanização acelerada vinculado às importantes transformações econômicas e sociais que experimenta.

O significado quantitativo da urbanização pode ser avaliado pelo fato da população urbana ter representado 31,2% em 1940, 36,2% em 1950, 45% em 1960, devendo constituir em 1970 a maioria da população brasileira.

No estado de São Paulo a população urbana alcançava 60% do total em 1960. Dentro de apenas 12 anos será duas vêzes maior representará 80% de tôda a população.

A rêde urbana se expande à medida que progride a exploração do território nacional apresentando-se com significados e formas diferentes em cada faixa de ocupação e em cada fase histórica do desenvolvimento do país.

1.2. — Pode-se assim reconhecer na extensão continental do Brasil uma vasta área (50% do total) cuja ocupação apenas se inicia e na qual as cidades precàriamente integradas às vias de transporte, surgem como pontos avançados do espaço econômico do país ou da economia internacional.

Por outro lado, há uma área de ocupação já efetiva, ainda precàriamente integrada, em que a economia de subsistência é o setor mais importante para a população local. Em âmbito mais restrito, temos ainda, uma área em que a economia de mercado já é dominante, e onde a urbanização da economia e da população é fato irreversível.

Nesta última área já se tem apreciável integração econômica e social baseada em estrutura territorial bastante desenvolvida, o que implica em rêde hierarquizada de centros urbanos. A área de que tratamos estende-se de forma mais contínua nas Regiões sudeste e sul e inicia-se em tôrno de centros maiores nas demais regiões. Dentro desta área, há zonas de urbanização particularmente intensa ou contínua oferecendo vantagens ao desenvolvimento industrial que anteriormente apenas eram encontrados em algumas cidades isoladas. A indústria ganha apoio urbano especial nas duas principais áreas metropolitanas, São Paulo e Rio, nas regiões que estas polarizam e em alguns centros regionais de primeiro nível: Pôrto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Fortaleza ou Belém.

1.3. — A urbanização representa um aspecto do processo de desenvolvimento e como êste deve ser compreendida no contexto histórico em que o país e o continente, hoje, se situam.

Urbanização latino-americana não representa uma reedição tardia da urbanização experimentada pelos países industrializalos no último século, mas um fenômeno inédito. Sua originalidade prende-se, entre outros aspectos, ao fato de seu desenvolvimento dar-se com aumento acelerado de população e pela circunstância geral de dependência em que as economias latino-americanas se apresentam ante as economias dominantes altamente industrializadas, particularmente a norte-americana.

Assim a urbanização é fortemente influenciada pelo modêlo de desenvolvimento que o país segue face à economia dominante.

As relações entre cada país e esta economia naturalmente limitam as possibilidades de industrialização dos mesmos, pois a indústria mais desenvolvida fatalmente oferece vantagens maiores para o mercado (custos menores devido a maior concentração de capital, escala de mercado, índices tecnológicos, etc.). Òbviamente essa limitação é maior à medida que a importação de produtos industrializados é liberada pelos países latino-americanos.

Finalmente, cabe registrar uma influência mais direta da economia dominante sôbre a urbanização latino-americana.

Esta ingerência se manifesta à medida que incrementa seus investimentos diretos no setor industrial e de serviços na América Latina, ao mesmo tempo que seus órgãos de "assistência técnico-financeira" se propõem a financiar os serviços de infra-estrutura urbana.

1.4 — A urbanização representa hoje para a economia fator e condição de industrialização e de modernização do setor terciário. De fato a urbanização correspondente à criação de "economias externas" e criação do mercado interno.

Representa economias externas às emprêsas, à medida que as cidades oferecem às indústrias facilidades de mútua complementação (fornecedoras ou de subtratamento), fácil utilização de serviços comerciais administrativos e liberais de melhor nível, condição de acesso ao mercado local e regional, um meio urbano equipado com serviços de infra-estrutura local (água, esgôto, energia, pavimentação), uma concentração de mão-de-obra cujos custos de instação já estão distribuídos (habitação, escola, saúde), ou um conjunto de facilidades urbanas exigidas pelo pessoal qualificado. Urbanização representa também criação de mercados para indústria e serviço, à medida que a instalação das populações rurais nas cidades as afastam da produção de autoconsumo, introduzindo-as compulsòriamente, como consumidoras, na economia de mercado. Mais ainda, na cidade, os níveis de consumo industrial são incrementados ao máximo permitido pela renda distribuída.

1.5. — Em relação à população, a urbanização tem um sentido fundamentalmente positivo significando um processo básico de integração da população na sociedade industrial.

A simples transferência do meio rural para o urbano significa quase invariàvelmente possibilidades novas e efetivas para a população. Basta ter em conta as efetivas condições de vida no meio rural para que estas vantagens se evidenciem ainda que o migrante mantenha-se precàriamente integrado na economia da cidade.

De fato, além de no meio urbano serem melhores as condições materiais de habitat os serviços sociais básicos, as condições de trabalho (ainda que instáveis), são também melhores as perspectivas e motivações para capacitação profissional, bem como para a adaptação às relações categóricas e impessoais exigidas pela moderna divisão social do trabalho.

No entanto, há indícios de ser crescente a parcela da população chegada às cidades que não logra integrar-se na economia e na sociedade urbanas, mantendo-se em situação marginal.

Crescem os problemas de emprêgo e de habitação, o atendimento dos serviços de educação e saúde apresentam deficit crônico, sem falar no relativo aos serviços de infra-estrutura urbana que serão mencionados mais adiante. Observa-se que esta situação existe em todos os níveis de hierarquia urbana, desde os pequenos núcleos até as metrópoles.

2 — Planejamento e Urbanização

Os problemas decorrentes do desenvolvimento urbano são de diferentes naturezas, solicitando diferentes tipos de planejamento situados em diferentes níveis de decisão ou poder.

Assim, problemas econômicos de base, como o emprêgo urbano e desenvolvimento rural ou de nível de distribuição da renda, exigem políticas de desenvolvimento de âmbito nacional e macro-regional.

Outros problemas ligados à urbanização dependem de políticas administrativas setoriais do Estado, da União e dos Municípios, como os relativos à Habitação, Saúde, Educação, Abastecimento, Energia, Comunicações ou Transportes.

Para que se tenha uma perspectiva lúcida quanto às possibilidades destas políticas é necessário atentar a dois aspectos fundamentais: a estrutura de poder dentro da qual o planejamento se define e a necessidade dos planejamentos setoriais se complementarem e integrarem com o planejamento territorial.

2.1. — Os condicionantes políticos

Será ocioso observar que apenas aos governos, em seus diversos níveis, caberá promover o planejamento capaz de fazer face aos problemas da urbanização.

Ora, os governos são representantes da mesma estrutura de poder que preside a organização econômica e social na qual surgem os mencionados problemas.

Assim, a não ser por contradição episódica de grupos no poder, os governos não contrariam aos interêsses básicos dos grupos dominantes internos e externos ao país. Evidencia-se assim que os problemas de urbanização apenas são resolvidos via planejamento à medida que significa melhor racionalidade dentro do sistema de poder. Sempre porém que as soluções contrariarem os interêsses governamentais, o problema tenderá a ser omitido ou minimizado nas análises, e quando mais suscitar políticas ineficazes ou inexplicáveis.

Nestas circunstâncias, aos técnicos cabe a missão de obter a desejável objetividade das pesquisas e a caracterização de soluções realmente eficientes.

Será na prática diária das tarefas de planejamento que essas soluções deverão ser encontradas. No entanto, pouco poderá fazer o técnico isolado ante os impecilhos da natureza política e institucional que impedem a aplicação ou a simples proposição das soluções adequadas.

Surge, então, para as associações profissionais, tarefa do mais alto sentido cívico e cultural, qual seja, a de revelar em maior extensão os problemas de desenvolvimento, de apontar soluções mais efetivas e denunciar os impecilhos que impedem a sua adoção.

2.2. — A necessidade do planejamento territorial

A contribuição do planejamento territorial é o de indicar as diretrizes para uma maior racionalidade na utilização, organização e equipamento do território em função dos objetivos escolhidos para o desenvolvimento.

O planejamento governamental é necessário para a maior explicitação dos desígnios objetivos do govêrno o que permite o julgamento dêsses objetivos e a posterior avaliação de sua eficiência. Para que tal aconteça é necessário porém que o planejamento territorial seja inserido em tôdas as escalas do planejamento governamental.

As vantagens em se exigir a regionalização simultânea das metas de planejamento será a de controlar-se as discrepâncias no desenvolvimento social e econômico entre as diferentes zonas e que não seriam reveladas pelos índices gerais em que os objetivos setoriais do govêrno são expressos. Realmente, em áreas mais restritas, verifica-se a inadequação entre fatôres coexistentes no mesmo espaço regional e que não chegam a integrar-se orgânicamente. População, recursos, instalações, economias, instalações humanas, infra-estruturas regional e local, são alguns dêsses fatôres a serem integrados.

A êsses desajustes que voltaremos a examinar no item seguinte, verificáveis em uma apreciação estática de qualquer região, deve-se somar os que decorem do processo de desenvolvimento. Sabe-se que êsse processo se faz a partir de centros ou pólos mais dinâmicos em que a industrialização pode-se estabelecer de forma intensa e com mais rápido crescimento.

O agenciamento dos efeitos positivos e negativos dêsses pólos correspondem a um delicado problema de estratégia de desenvolvimento, pois, se o crescimento econômico exige a constituição de polos de certa dimensão para passar a uma etapa de crescimento auto-sustentado, é igualmente verdadeira a tendência da economia liberal em fazer crescer continuamente êstes pólos sem atentar a subutilização dos recursos potenciais em outras áreas em que o subdesenvolvimento representa em alto custo social.

2.3. — Pode-se assim afirmar que os problemas de organização territorial em escala regional não pode ser destacado, mesmo no plano teórico, do processo de desenvolvimento planejado. Não se pode mesmo chegar à compreensão suficiente dêstes problemas se êles são vistos apenas em uma perspectiva setorialista pela qual a integração entre os setores apenas se dá em alto nível de abstração.

É necessário que tais problemas sejam enfocados em têrmos de sua coexistência no espaço solicitando a mesma infra-estrutura, as mesmas cidades, a mesma estrutura de uso e domínio da terra e, em certos limites, a mesma população.

Uma contribuição particularmente importante do enfoque territorial é justamente a de considerar o homem como habitante. De fato, além de ser um consumidor de produtos do mercado ou de serviços públicos, além de ser fôrça de trabalho a ser aproveitada além de qualquer aspecto setorial, o homem é dependente da possibilidade de compatibilizar tôdas essas funções sociais em têrmos de espaço e de tempo. Utilizando-se êste enfoque, que é do homem-habitante, na análise regional se estará colocando o problema de tôda a população em presença do todo o elenco de necessidades a que seu habitat local e regional deve responder. É uma forma de evitar que a perspectiva setorial faça abstração de grupos populacionais e de categorias de necessidades sociais.

2.4. — Alguns impecilhos gerais ao planejamento territorial

De modo geral, o planejamento territorial ainda é bastante incipiente, seja em escala regional, seja mesmo em escala local na qual tem maior tradição.

Uma primeira razão dos modestos resultados alcançados é que o planejamento territorial depende da integração dos vários tipos de planejamento, êles próprios ainda incipientes e descoordenados.

Em segundo lugar, note-se que a organização espacial, objeto básico do planejamento territorial, é resultante de dinamismos econômicos e sociais ainda não suficientemente estudados e cujo planejamento ainda não se mostrou necessário e possível com os instrumentos institucionais disponíveis.

Por outro lado, o dinamismo de transformação da organização territorial da rêde urbana e de cada cidade é condicionada por est uturas físicas e jurídicas cuja possibilidade de contrôle em têrmos regionais e locais ainda não foi plenamente avaliada. De qualquer forma, sabe-se que as interpretações e proposições, quanto ao aspecto meramente formal dêsse dinamismo, e o emprêgo de instrumentos predominantes legais, não conseguirão alterar a evolução das áreas urbanizadas. Será preciso atingir os dinamismos geradores da evolução física que são fundamentalmente situados no plano econômico. Portanto, a territorialização dêsse planejamento dentro de uma perspectiva integrada de organização espacial deve se impor como absolutamente necessária.

A fim de melhor caracterizarmos os problemas de planejamento territorial e suas soluções, trataremos separadamente nos dois títulos seguintes dos problemas de desenvolvimento em nível regional e em nível local.

3 — Problemas de Organização Territorial ao nível regional.

Partindo do pressuposto já afirmado, de que os problemas de organização territorial não podem se definir senão em têrmos de sua influência sôbre o desenvolvimento social e econômico, não apresentamos aqui senão alguns exemplares dêsses problemas, pois, um tratamento mais abrangente ao tema poria em questão a problemática inteira do desenvolvimento e sua estratégia. Comentaremos em primeiro lugar alguns problemas relativos ao desenvolvimento sócio-econômico e ao papel de orientação e incentivo que o poder público pode assumir sôbre êle (planejamento indicativo) e, em segundo lugar, alguns problemas relativos à ação executiva do próprio poder público (planejamento administrativo)

3.1. — Planejamento territorial no planejamento indicativo do desenvolvimento.

À medida que os governos omitem o planejamento territorial nos planos globais que assumem nas respectivas áreas de competência, verifica-se que as diretrizes globais de desenvolvimento dificilmente serão suficientes para promover o desenvolvimento satisfatório.

Realmente, pode-se observar que no atual quadro institucional os governos federal e estadual, além de agirem diretamente, podem oferecer estímulos e diretrizes à iniciativa privada, tendo em vista resultados globais a serem atingidos em seu âmbito geográfico de competência. São resultados mensuráveis em têrmos de aumento de renda global e per capita, de industrialização e modernização da economia, de aumento de investimento, de alteração no uso dos fatôres de produção considerados em têrmos econômicos, de estímulo ao nível de consumo e vários outros.

No entanto, verifica-se que êsses objetivos podem ser obtidos sem que haja eliminação de problemas graves tais como o sub-aproveitamento de recursos localizados em áreas em que já se investem importante capital social ou a manutenção de níveis de vida extremamente baixos em populações pouco integradas na economia de mercado.

a—Por outro lado, o nível de racionalidade dos investimentos públicos e privados sendo ainda bastante baixo as vantagens locacionais existentes nas diversas sub-áreas de uma região não são plenamente aproveitadas nem a criação da infra-estrutura regional se situa em uma estratégia favorável ao seu pleno aproveitamento.

Por exemplo, pode ocorrer que rêdes de transporte e energia sejam traçadas onde apenas uma grande e inexistente demanda a justificaria, que zonas em expansão com base econômica consistente permaneçam com infra-estrutura insuficiente ou ainda que estradas pioneiras de alto custo, capazes de valorizar grandes áreas não sejam acompanhadas de medidas conducentes ao aproveitamento social ótimo do investimento, utilizando-o para acelerar o desenvolvimento.

b—Considera-se ainda, que os efeitos de polarização do desenvolvimento, deixados à sua expontaneidade, podem ter seus efeitos negativos acirrados e não serem aproveitados em sua potencialidade positiva.

Com efeito, a concentração de investimentos nos pontos e áreas mais dinâmicas em uma região são normais dadas as vantagens entre outras, das economias de aglomeração e centralidade em relação ao mercado. No entanto, as repercussões dêsse crescimento centralizado por parte da população aglomerada e o contrôle dos efeitos regressivos sôbre a periferia atraída, são aspectos que não podem sequer ser equacionados fora de uma perspectiva especializada do desenvolvimento e seu planejamento.

c — Por outro lado, a perspectiva especializada do desenvolvimento será preciosa para pôr em destaque a problemática que envolve a população sempre relativamente vinculada ao território.

Assim, as necessidades sociais geogràficamente localizadas em têrmos de habitação, emprêgo, serviços sociais ou vida comunitária serão sistemàticamente postas em destaque, evitando-se que os problemas das coletividades sub-regionais sejam omitidos por falta de um enfoque analítico ou do método de planejamento governamental.

d—igualmente as potencialidades da população não podem ser desconhecidas por êsse planejamento.

Assim, ainda que não seja possível ao poder público dedicar proporção significativa de recursos a uma região será sempre possível à população dessa região contribuir de maneira importante, com recursos próprios de capital, trabalho, iniciativa e criatividade para objetos de desenvolvimento de cuja fixação tenha participado.

e—No interior de uma área planejada apenas setorialmente, êstes problemas podem subsistir, por exemplo, por razões de estrutura social, ligadas ao fato do uso da terra e dos instrumentos de produção serem determinados livremente por seus proprietários e de que resultados econômicos globais podem ser obtidas com operações que atingem apenas uma parte da população aquela mais integrada na economia moderna.

f—Essas considerações introduzem duas conclusões:

— É fundamental que haja uma territorialização sistemática do diagnóstico e dos planos globais de desenvolvimento que os governos devem elaborar nas respectivas áreas de competência.

— É fundamental que o planejamento indicativo se descobre dentro da região de competência do poder público em tantos níveis regionais quanto possíveis técnica e administrativamente necessária a solução dos problemas localizados.

Para a territorialização do planejamento indicativo governamental impõe-se como necessário:

— exprimir em têrmos territoriais: o diagnóstico dos problemas, as metas globais econômicas, sociais e os problemas setoriais. Elaborar um modêlo territorial no qual se fixem: as características gerais de ocupação do território e distribuição da população, a rêde hierarquizada de núcleos urbanos, os eixos de transportes e comunicações e a distribuição das funções de interêsse regional.

3.2. — Planejamento territorial ao nível do planejamento administrativo.

As atividades governamentais não são postas em choque como as particularidades pela irracionalidade de localização. Assim se uma fábrica não subsiste em uma localização anti-econômica, um hospital público ou um centro de abastecimento do Estado, ou um órgão de supervisão administrativa podem ser mal localizadas sem que se evidenciem o alto custo social de sua ineficiência.

Resulta, pois, que critérios locacionais devem ser introduzidos nos órgãos setoriais dos governos. Sòmente assim poderia ser ótimo o atendimento da população e a utilidade social ao mesmo tempo que se poderá atender aos requisitos de dimensionamento mínimo econômico das unidades de prestação de serviço.

Em alguns setores e níveis de govêrno êstes critérios já vêm se implantando mas falta ainda:

— estender a territorialização do planejamento setorial a todos os setores.

— compatibilizar ao nível de chefia do govêrno, os critérios de localização de forma a torná-las coerentes entre si e a responderem ao modêlo indicativo territorializado de desenvolvimento referido no item anterior.

Desta forma a indispensável desigualdade na distribuição dos serviços públicos entre as várias localidades poderá ganhar racionalidade face ao atendimento da população.

Assim se fugiria tanto do falso distributivismo que pulveriza os investimentos públicos como da aleatoriedade dos critérios de clientela política, igualmente incapazes de servir ao desenvolvimento.

4 — Planejamento territorial ao nível local

4.1. — Quanto ao conceito de planejamento

a — O Planejamento Territorial Local (PTL) deve ser concebido como parte dos planos de desenvolvimento feitos pelo govêrno municipal. O PTL deve definir as características de organização territorial que sirvam aos objetivos sócio-econômicos gerais dêste plano de desenvolvimento.

b — o conteúdo do PTL não pode ser genèricamente pré-estabelecido independentemente de cada caso, pois vincula-se às condições especiais de desenvolvimento do município, às condições da administração municipal e aos objetivos sócio-econômicos específicos definidos no Plano de Desenvolvimento.

c — Quanto às características do PTL, apenas pode-se estabelecer prèviamente como necessário, que siga as mesmas fases essenciais de elaboração do Plano Local Integrado: o Estudo Preliminar, o diagnóstico e prognóstico, o Plano de Diretrizes e Programações.

d — Anàlogamente ao que sucede com outras partes, do Plano Local Integrado: o PTL deve basear-se no planejamento existente em níveis superiores de Govêrno (Estadual, Federal) e dirigir-se a êsses níveis propostas de interêsse do município quanto aos elementos de organização territorial.

e—Os propósitos específicos do PTL são: dar condições especiais de desenvolvimento às funções urbanas, condições de "habitat" à população e proteger o capital social já investido nas cidades.

f — O PTL deve ser flexível dadas as alterações previsíveis e imprevisíveis de hábitos sociais às alterações tecnológicas nas funções urbanas e nos equipamentos de infra-estrutura.

g — O PTL deve permitir que a adaptação das estruturas físicas às variações dos sistemas de reações se façam permanentemente com o menor custo social possível.

4.2. — Quanto aos problemas de ocupação da área urbana

a — As cidades tendem a crescer sistemàticamente com fraca densidade, pois a numerosa população de baixa renda apenas pode adquirir terrenos onde a oferta é relativamente grande ou seja, longe do centro em áreas pouco habitadas e ainda desprovidas de serviços públicos.

b — A manutenção do crescimento da área urbana em condições de continuidade territorial e conservando um mínimo de densidade é um problema constante em grande parte das cidades brasileiras. A importância especial dessas condições decorre do fato de que condicionam a existência econômica de serviços locais e as facilidades urbanas de convívio social.

c — Apesar de sua gravidade o problema acima, não está ainda equacionado satisfatòriamente ao nível de instrumentos disponíveis pelo poder público.

De fato a tributação progressiva sôbre terrenos livres dentro de um perímetro urbano que se trace, teria de ser extremamente rigorosa para compensar a tendência de aumento de preço. Dentre as razões que impedem esta solução, citam-se:

— a aprovação da respectiva legislação depende direta ou indiretamente dos proprietários de terras.

— ainda quanto venha a ser imposta, os níveis eficiente na tributação podem ser contestados como confiscatórios (anticonstitucionais).

d — Por outro lado, parece inviável em muitas áreas querer limitar rigidamente as áreas urbanas a um perímetro da cidade. Seria preciso admitir um nôvo tipo de contrôle sôbre os novos conjuntos urbanizados que venham a se instalar fora daqueles perímetros, (por exemplo, que tivessem um mínimo de população, densidade, equipamento e não se situassem além de determinada distância em relação ao centro urbano principal).

4.3. — Quanto ao problema de reserva de áreas

a — Surge sistemàticamente o problema de como reservar áreas suficientes para usos públicos previsíveis e proceder-se a substituição, a mais econômica possível, de usos existentes, considerando-se o regime vigente da propriedade da terra.

Distingue-se entre os casos de:

— expansão territorial dos centros principal e secundário da cidade;

— expansão territorial de padrões de ocupações em alta densidade;

— expansão de áreas industriais;

— expansão de sistema viário;

— expansão de áreas de recreação (proteção, criação, ou ampliação).

Um dos problemas fundamentais é o de posibilitar ao poder público estabelecer reservas de áreas relativamente grandes para usos públicos em loteamentos parcialmente ocupados (nos loteamentos novos estas áreas devem ser exigidas ao loteador).

4.4 — Quanto aos problemas de operações urbanas

Pode-se admitir que há um conjunto de operações urbanas definíveis em nível de projetos e complementares ao planejamento. Algumas categorias destas operações prenunciam-se como mais freqüentes e mereceriam ter suas características debatidas:

— Renovação de áreas deterioradas.

— Renovação de centros urbanos.

4.5. — Implantação de áreas industriais planejadas (distritos industriais) — Implantação de conjuntos residenciais.

4.6. — Algumas conclusões

a — É necessário um esfôrço decidido e organizado para que existam pesquisas técnicas e econômicas orientadas para a solução dos problemas básicos de planejamento urbano no Brasil, notadamente quanto a:

— análise dos processos de evolução do uso do solo

— análise de características mais recomendáveis técnica e econômicamente para a ocupação do solo para dar pleno emprêgo ao equipamento público e condições de salubridade aos edifícios.

— análise das possibilidades ainda não exploradas de contrôle do uso da terra permitido no atual quadro institucional, notadamente:

— a contribuição da melhoria.

— a taxação progressiva.

b — É necessária uma ampla divulgação sôbre as condições político institucionais que impedem o desenvolvimento urbano o fim de sensibilizar a opinião pública e os governos. Sôbre a importância de alterações especificas daquelas condições.

5 — Condições de Exercício Profissional

5.1. — É necessário que os arquitetos reafirmem em têrmos realistas e críticos a sua posição de profissionais no processo de planejamento do país, colocando-se à altura do papel pioneiro, outrossim desempenhado quando às oportunidades de planejamento restringiam-se a casos isolados.

A redefinição da figura profissional do arquiteto planejador deve levar em conta que o exercício do planejamento do país está fortemente influenciado por fatôres novos dos quais se destacam:

— avanço do planejamento governamental em todos os níveis do poder público.

— a integração crescente do planejamento econômico com o social e o territorial

— a importância dos órgãos de critérios de financiamentos na definição das características dos trabalhos de planejamento.

— a mudança da escala das organizações privadas que trabalham em planejamento.

5.2. — Alterações no quadro governamental

Nos órgãos centrais e setoriais de planejamento nos três níveis de govêrno o planejamento territorial deve ser considerado como uma atividade indispensável e nela o arquiteto é insubstituível.

É fundamental que os órgãos públicos de planejamento sejam valorizados e considerados como a base do processo permanente de planejamento. Sem isso a contribuição dos órgãos privados não poderia se processar adequadamente surgindo o risco de ocorrer as seguintes situações indesejáveis.

Não haver condições internas nos órgãos públicos que o planejamento venha a se implantar efetivamente, segundo as reais possibilidades da administração pública.

Decisões políticas serem insensivelmente subtraídas do âmbito governamental passando ao setor privado, devido ao desequilíbrio de capacidade técnica entre ambos os setores.

Haver desperdícios de recursos públicos por incapacidade de o govêrno controlar a duplicação eventual de estudo, o nível adequado de sua profundidade e demais características dos trabalhos encomendados.

Não se adotarem diretrizes livremente aceitas pelo poder público por não se dispor de conhecimentos técnicos que se contraponham às pressões dos escritórios privados de planejamento das agências financeiras nacionais e estrangeiras.

Deixar que o "know-how" criado pela sucessão de experiências de planejamento financiadas pela população beneficie apenas às firmas contratadas e não os órgãos públicos de planejamento, cada vez mais esvaziados de seus melhores recursos humanos.

Não colocar sistemàticamente acessível à tôda a coletividade, a massa de informações reunidas ao propósito de cada trabalho de planejamento. Destaca-se, ainda, o risco de se instaurar o conceito de que o processo de planejamento nos órgãos públicos depende necessàriamente de consultorias contratadas no setor privado, com interveniência de órgãos financeiros. Na realidade o processo de planejamento nestes podêres é um processo de tomada de decisão e de contrôle executivo cuja base técnica deve estar o quanto possível integrada na própria administração pública. O recurso ao setor privado deve ser feito sempre que necessário, mas nas formas, momentos e condições mais interessantes ao poder público.

5.3. — Alterações no setor privado

As condições de trabalho do arquiteto planejador no setor privado foram fortemente referenciadas por fatôres como os seguintes:

a — maior integração no Planejamento Territorial em outros tipos de planejamento, o que seria justificável pela necessidade de influir sôbre o processo global de desenvolvimento quando se pretende atuar sôbre a organização espacial.

b — solicitação mais regular pelos podêres públicos de trabalhos mais complexos de planejamento que passaram a ser distribuídos entre as firmas de planejamento por critérios de capacidade técnica e empresarial, segundo as quais diversidade de equipe permanente passou a ser importante.

c — interveniência estimulante de agências financeiras nacionais e estrangeiras (notadamente BNH, BID, USAID) segundo as quais a capacidade financeira e a dimensão da emprêsa executada passam a ser critérios favoráveis à concessão de financiamentos.

d — processo de aglutinação de equipes de escritórios em firmas de planejamento suficientemente grandes para obter economias de escola, responder às exigências dos órgãos públicos contratantes e das agências financeiras

5.4. — Desta forma o arquiteto planejador tende a situar-se ante o mercado de trabalho, segundo sua bagagem de experiência profissional, em alguns esquemas básicos.

— como assalariado ou associado de grande firma de planejamento que tenha equipe própria diversificada.

— como chefe de escritório, associado ou assalariado de equipe de planejamento territorial que integre um consórcio diversificado de firmas especializadas.

— como chefe ou membro de escritório de planejamento territorial que age isoladamente valendo-se de consutoria especializada.

— como chefe ou funcionário público de planejamento.

As possibilidades, vantagens, e interêsses dêsses diferentes tipos de situações profissionais deverão ser discutidas, considerando a variabilidade dos interêsses profissionais nas organizações técnicas que se mostram mais viáveis nas diferentes regiões.

Realidade Nacional
Planejamento Urbano

No Brasil, as soluções propostas para a expansão e renovação urbana padecem de graves distorções que decorrem, em última análise, da errônea formulação da política geral de desenvolvimento econômico.

Com efeito, a política econômica em vigor, parte da premissa que o desenvolvimento geral do País será obtido por meio da implantação de planos locais isolados e com base nesta concepção estática, foi criado por meio da Lei n.º 4 380, de 1964, Decreto n.º 59 917, o SERFHAU.

Segundo os mencionados diplomas legais incumbiria ao SERFHAU, prioritàriamente: promover, organizar, financiar e implantar no Brasil êstes planos locais de desenvolvimento e ainda cuidar, de maneira genérica, do desenvolvimento industrial e comercial, do mercado de trabalho, do sistema educacional e hospitalar, transportes e telecomunicações e desenvolvimento comunitário em geral. Uma análise por mais superficial que seja, dessas finalidades, levaria a inquestionável conclusão de que o SERFHAU seria verdadeiramente um superministério, cujas ambiciosas tarefas conflitariam com a competência específica de inúmeros órgãos governamentais. Por isso, mesmo admitindo-se como correta a filosofia que inspirou a criação do SERFHAU, o sucesso de suas iniciativas dependeria de uma variedade enorme de fatôres, que dificilmente poderiam ser coordenados por um órgão cujas características operacionais não se coadunam com a complexidade das tarefas que se propõe realizar.

A par dessas dificuldades apontadas, ressalte-se que as tarefas executivas dos planos ficarão a cargo das autoridades municipais e privadas, não havendo no contexto da Lei obrigatoriedade para a execução dêsses planos.

Nessas condições não sendo compulsória a adoção dos planos, mesmo os municípios que recorressem ao SERFHAU poderiam exonerar-se da responsabilidade de levar à prática as medidas preconizadas pelo planejamento.

Por outro lado, o plano local teria graves problemas para a sua introdução:

1.º — Descontinuidade administrativa — incumbindo às autoridades municipais as tarefas executivas, seria essencial que a sua implantação ocorresse durante uma gestão administrativa, o que via de regra não seria possível face à escassez de tempo e complexidade das tarefas.

A mudança da administração poderia implicar no abandono do plano, acarretando despesas desnecessárias e contribuindo para que tais planos caiam no descrédito da população municipal dificultando com isso a futura execução do planejamento.

2.º — Rotina e inexperiência — de um modo geral, as anacrônicas e rotineiras normas da administração pública municipal no Brasil e a absoluta inexperiência em lidar com planejamento, constituem poderoso entrave ao espírito e a prática de planejamento local integrado. Em alguns casos, a prática administrativa municipal traz mesmo incompatibilidade absoluta com qualquer tipo de planejamento.

Um verdadeiro planejamento integrado não deve ser senão um vetor de um plano de

caráter nacional que envolva todos os setores básicos da vida econômica e social do País. Deve ser considerado em primeiro lugar as exigências dos diferentes setores da vida econômica e política do País.

Num país onde predomina a iniciativa privada, o desenvolvimento de certas áreas da economia depende fundamentalmente de condições que estimulem os investimentos de capital nas áreas subdesenvolvidas.

Ora, essas condições não surgem de outra forma senão em função das vantagens que nessas reas se ofereçam à classe empresarial. As condições para atrair investimento privado são: segurança, rentabilidade, cérdito fácil, baixa taxa de juros, estabilidade monetária, mercado interno em expansão e razoável poder aquisitivo das comunidades. Essas condições, segundo consta, não existem na maioria dos municípios que exigem soluções prioritárias, o que acarreta uma resistência por parte dos empréstimos em investir nessas áreas. Por outro lado, deve ser ressaltado que a ação espontânea dos fatores econômicos não produz a um desenvolvimeno equilibrado, devendo haver um rigoroso contrôle na diversificação dos investimentos e na natureza econômica de suas finalidades.

A elaboração dos projetos de planejamento local integrado deveria ser orientada por um plano econômico nacional que desse ênfase ao estímulo do capital nacional e à racional aplicação dos recursos de acôrdo com a necessidade de nossa realidade.

A impossibilidade de um plano global nas condições de um país subdesenvolvido e de economia de mercado é explicável a partir da constatação simplista de que o Estado e suas instiuições auxiliares não dispõem dos instrumentos adequados para tal fim.

Além dessas dificuldades de caráter institucional, convém ressaltar que as relações sociais de produção e as classes dominantes constituem o principal obstáculo à elaboração e execução de um planejamento econômico nacional.

O planejamento econômico deve visar democràticamente, o atendimento das exigências de desenvolvimento e bem-estar da maioria do povo e não a conveniência de grupos econômicos; e no Brasil, como em outros países, os titulares do poder econômico são também os titulares do poder político e por essa razão não introduziriam um planejamento que contrariasse seus objetivos.

Nas condições do Brasil, essa resistência ao planejamento é ainda mais intensa na medida em que os interêsses econômicos dominantes se ligam umbilicalmente aos capitais monopolísticos financeiros internacionais, os quais rejeitam qualquer medida que possa ferir seus privilégios.

O atual regime, expressão política desses grupos financeiros, não têm qualquer interêsse em elaborar um esquema que atenda, em caráter prioritário, as exigências das classes menos favorecidas. O caráter político do govêrno induz uma restrição de sua atividade na esfera econômica, limitando-se a ação do Estado àqueles setores que não mudam o caráter da economia brasileira.

Por outro lado, a associação de grupos técnicos nacionais com organizações técnico-financeiras estrangeiras em grandes empreendimentos econômicos locais, ao contrário de uma contribuição científica, tem sido feita sempre em detrimento dos profissionais e da técnica brasileira.

As principais decisões estão nas mãos dos representantes burocráticos do capital financeiro internacional em íntima simbiose com as classes dominantes autóctones.

Um autêntico planejamento só é concebível quando elaborado a partir de uma orientação cujo conteúdo determinante seja:

1.º — Planejamento em escala social, isto é, interêsses sociais e comunitários acima dos interêsses privados dos investidores;

2.º — intervenção estatal efetiva em todos os setores básicos da produção circulação e comércio, etc.;

3.º — orientação e regulamentação dos interêsses privados visando superar as áreas estranguladas da economia e canalizar os recursos para programas de integração de nível comunitário;

4.º — realização de uma reforma agrá ia com a finalidade de fixar o homem à terra, impedindo o êxodo rural, aliviando a pressão causada pela crescente demanda de habitações e empregos nas áreas urbanas e expandir o mercado interno.

5.º — comércio exterior voltado para os interêsses fundamentais da sociedade brasileira, ampliando os mercados externos para evitar constante aviltamento dos preços de nossos produtos primários.

Por conseguinte, é fácil constatar que o desenvolvimento do País não pode ser obtido mediante a introdução de planos locais isolados, mas depende de tôda uma constatação de medidas que o atual govêrno não tem condições políticas de introduzir, por isso mesmo o SERFHAU padece de êrro básico em sua concepção de desenvolvimento. Mas os atuais entraves ao processo do país podem ser removidos, pois como disse Brecht — "É justamente pelo fato de as coisas estarem como estão, que não vão continuar como estão".

Tese IAB - Guanabara
Realidade nacional e planejamento

Introdução

Depois de uma fase de desordenado mas constante crescimento econômico no quinqüênio 56/60, quando o incremento do PNB atingiu o índice 7% ao ano, a economia brasileira entrou num período de estagnação, acentuada notadamente a partir de 1964.

O sistema, instaurado neste ano, precisava apresentar uma plataforma de govêrno capaz de superar a crise econômica.

Dotado de economia frágil, de me o exportador de café, o País não suportava o ônus de importações de indústrias de base indispensáveis ao real desenvolvimento nacional.

Por outro lado, existia um mercado interno, que embora, incipiente suportaria determinados padrões de consumo.

Assim o govêrno marchou para a solução, i racional e conspícua, sempre favorecendo grupos econômicos internacionais, de estimular a construção civil, o que de certa forma e por algum tempo, substituiria a demanda de desenvolvimento almejada pela nação.

Dentro dêste quadro, encontramos em grande evidência, as soluções propostas para o problema habitacional e consubstanciadas no Plano Nacional de Habitação — PNH. Foi eleita pelo govêrno a construção civil e suas atividades correlatas como o setor para onde deveriam ser canalizados todos os esforços da economia brasileira. Esta atitude, tomada em virtude de ser êste o único setor onde ainda existe um mercado em potencial para a iniciativa privada, reflete-se em tôda economia da nação, em virtude do grande volume de capital utilizado, do emprêgo de mão-de-obra não especializada e do valor psico-social da moradia. É certo e justo, portanto, que os profissionais diretamente ligados a êste contexto, se interessem pelo problema, estudando-o e formulando proposições.

Plano Nacional de Habitação — BNH

Através da Lei 4 380, de novembro de 1964, o govêrno criou o BNH, órgão fiduciário destinado a incrementar e estimular a construção de casa para o povo. Evidentemente, como já foi assinalado, procurava com isso prencher as lacunas de uma plataforma político-econômico-financeiro ineficaz, acenando para o povo com o engôdo da casa própria.

Para isso, elaborou o govêrno um sistema de financiamento a longo prazo que cria artificialmente um mercado comprador, forçado a antecipação da demanda da casa própria. Por via de conseqüência, surgirá um vazio no mercado consumidor futuro, uma vez que no estágio atual de nossa economia e número de pessoas em condições de adquirir casa própria não poderá ser aumentado sem que haja um aumento real da renda per capita.

Surge assim um nôvo tipo de consumidor denominado "financiado" que, a curto prazo, pode se transformar num grupo de pressão, capaz de levar o govêrno a eliminar a correção monetária, prejudicando os contribuintes do FGTS que se beneficiariam, no futuro, com o valor dessas importâncias depositadas.

Os propósitos governamentais são de um primarismo gritante, pois a simples análise dos fatos poderá revelar a realidade de sua política inócua e demagógica. Num país subdesenvolvido, de escasso mercado de trabalho e baixa renda nacional, o poder aquisitivo do povo mal basta para satisfazer as elementares exigências da subsistência. Sabendo-se que nas classes operárias a renda média familiar é inferior a 200 cruzeiros mensais, é evidente a impossibilidade de poupança indispensável à aquisição da casa própria, dentro do PNH preconizado pelo govêrno. Segundo esta análise constatamos uma série de pontos falhos no atual PNH:

1.º — Não se pode dar casa própria a quem não tem recursos, afirmativa que é corroborada pelo grande número de pessoas que tentaram adquirir casa própria dentro dos moldes lo PNH e que se viram forçados a devolver suas moradias, seja em razão de medida judicial, seja pela cessão de seus direitos a qualquer preço, a fim de evitar o prejuízo total sôbre o capital empatado.

2.º — A limitação do número dos compradores das habitações financiadas pelo BNH é confirmada pela comparação dos custos e encargos dessas moradias com a renda familiar média dos trabalhadores. Recentes pesquisas levadas a efeito nas maiores indústrias da Guanabara e Estado do Rio e divulgadas pela imprensa, revelaram que essa renda familiar é inferior a 200 cruzeiros por mês.

Podemos observar pelos dados acima, que o trabalhador não tem a menor condição de adquirir êste tipo de casa, tanto pela impossibilidade de fazer qualquer poupança como em razão do elevado valor das prestações que atingiria a 90% de sua renda familiar, o que contraria a orientação do BNH, que arbitra em 25% de renda familiar o valor máximo dessa prestação.

Em conseqüência dos baixos salários percebidos pela classe trabalhadora, sòmente uma parcela mínima da classe média possuirá poder aquisitivo suficiente para beneficiar-se do plano, e como esta parcela da classe média não aumenta assim ao sabor dos teóricos do BNH a demanda ora existente não poderá subsistir por muito tempo.

3.º — O operário brasileiro, segundo as normas do atual BNH, poderia ser atendido nos planos das COHABs ou seja, companhias de habitação de capital misto que operam na gama das chamadas habitações de baixo custo.

Sucede porém, que as COHABs são implantadas em terrenos da propriedade dos antigos IAPs ou em áreas devolutas, geralmente distanciadas dos locais de trabalho.

Acrescente-se ainda que o custo apresentado pelas referidas CIAs, não é assim tão baixo, uma vez que a construção das casas e urbanização das áreas, estão entregues na sua quase totalidade, a grupos privados que, lògicamente, inserem seus lucros na composição de custos das habitações. Ademais, como prova evidente da intenção do BNH de dirigir seus recursos para a construção de casas "standardalto" citamos o gráfico anexo que demonstra a brutal restrição na aplicação dos recursos disponíveis, em programas de habitação de baixo custo.

Podemos ainda realçar que os núcleos habitacionais de tipo COHAB são, tècnicamente, quase comparáveis às favelas dadas as especificações pobres e à má qualidade construtiva adotada para essas moradias, a título de diminuir-lhes o custo. Nessas condições um sistema de auto-iniciativa estimulado pelo govêrno cumpriria de forma mais eficaz e mais econômica o programa de habitações de baixo custo, pois além de eliminar os intermediários, aproveitaria a mão-de-obra dos próprios interessados através de associações profissionais, e utilizando após estudo detalhado, os métodos construtivos usuais em cada região do país.

4.º — Com a implantação de núcleos habitacionais nos grandes centros onde os especuladores operam principalmente através da resolução 101 que cria o mercado de hipotecas e cooperativas habitacionais, o Plano Habitacional do atual govêrno cria um mercado de trabalho fictício e canceroso, uma vez que atendido os compradores de referido plano, fatalmente serão levados ao desemprêgo êsses trabalhadores não qualificados, que emigram em quantidade elevada, atraídos pela momentânea oferta de empregos.

5.º — Do ponto de vista eminentemente técnico a implantação dos núcleos habitacionais nos grandes centros, está sendo feita de forma desordenada e caótica sem obedecer a sistemas de alternativas ótimas de implantação, quer pela inexistência de equipamento urbano social, quer pela ausência de um efetivo planejamento de instrumentos de consumo de mão-de-obra nas proximidades das habitações

Assim, o critério de implantação das concentrações habitacionais não obedece a um planejamento realístico, ficando, muitas vêzes, condicionado aos interêsses do especulador proprietário de grandes áreas, que são vendidas por preços altamente compensadores, através da cota de terrenos adjudiciada à habitação, sem que o BNH coíba essa distorção, uma vez que sua finalidade precípua é financiar a construção e não o terreno, como vem fazendo costumeiramente.

A principal fonte de recursos do BNH é proveniente do FGTs para o qual contribui a quase totalidade dos trabalhadores brasileiros sendo êsses mesmos trabalhadores os menos beneficiados dentro da sistemática operacional do BNH, e correm ainda o risco de serem lesados com supressão da correção monetária, quando a poupança popular não suportar mais êsse encargo.

O que realmente ocorre é que o dinheiro do trabalhador é aplicado pelo BNH para financiar moradias às quais êle não tem acesso e que no seu retôrno, devidamente corrigido, deixa polpudas quantias aos especuladores. Essa declaração é comprovada através do quadro de composição de custo, fàcilmente encontrado em qualquer projeto sócio-econômico apresentado por iniciadores ao BNH, através de carteira de compra de hipoteca, a qual consumirá o maior percentual de recurso no orçamento plurianual do BNH para o triênio 68/70, conforme previsões publicadas por êsse órgão e anexado a seguir.

6.º — Propõe-se o BNH a suprir em prazo breve o deficit de moradias existente em tôrno de 5.000.000 unidades e a demanda de 630.000. Registramos a impossibilidade de atingir tal objetivo pela análise dos dados contidos em publicações do BNH.

Síntese das atividades do BNH:
Para 1967:

Deficit atual	630.000
Unidades construídas ou em construção	55.324
Unidades a construir	133.011
Total	188.335

Valor aplicável do FGTS — 413 milhões de cruzeiros novos.

Para 1973:

Valor aplicável do FGTS — 724 milhões de cruzeiros novos.

Os técnicos que lidam diàriamente com o problema da habitação, notam que os países desenvolvidos do mundo, e, conseqüentemente os de maiores recursos financeiros, não conseguiram até a presente data propiciar habitação a tôda sua população dentro de um nível compatível com a tecnologia atual. É claro que o Brasil, com muito mais diminutas possibilidades não teria condições de atingir tal objetivo, dentro dos conceitos atuais de habitação adequa-

da, podendo-se notar também objetivos políticos claros e manifestos nas medidas adotadas, conforme declarações do Senhor Roberto Campos, no Seminário sôbre o Plano Nacional de Habitação, promovido pelo BNH e Inst. de Engenharia de S. Paulo em setembro de 1966.

"Que o proprietário de casa própria, pensa duas vêzes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedade alheia e torna-se aliado de ordem" (SIC).

Como complemento à política habitacional e para "sanear psicològicamente os ambientes", o govêrno reformulou a lei do inquilinato adotando uma linha de total liberação dos aluguéis novos e um brutal descongelamento dos aluguéis antigos que, "no prazo de 10 anos", a partir de 1964 deveriam ser equiparados aos novos. Estas medidas redundarão num completo bloqueio à possibilidade de morar, estando tôdas soluções propostas e adotadas pelo govêrno orientadas no sentido de oferecer maiores lucros possíveis à pequena parte da população privilegiada em detrimento daqueles que possuem exclusivamente a fôrça de seu trabalho.

Conclusão

A análise dos objetivos e dos resultados do BNH nos leva à inquestionável conclusão de que o govêrno persiste numa política de estímulo às indústrias de consumo, em detrimento das indústrias de base que podem efetivamente trazer a independência econômica e o bem estar do país.

Torna-se, portanto manifesta a necessidade de reformular não só o BNH mas também tôda a política econômica vigente, a qual deverá ter como meta prioritária o incentivo às indústrias de base e ser necessàriamente antecedida de uma ampla reforma de estruturas, que criará as condições para o desenvolvimento do país e a efetiva melhoria das condições de vida do povo, da saúde, educação, e moradia. Certamente não podemos ignorar o deficit habitacional existente, mas temos consciência de que as habitações atuais refletem o estágio atual da economia brasileira, economia do país subdesenvolvido e dependente. A solução do problema habitacional não pode ficar isolada da solução dos outros graves problemas que angustiam o povo na hora presente e seria idealismo super possível, como já assinalado, dar boas moradias que nem siquer dispõe de trabalho, saúde e educação. De qualquer forma, importa ressaltar que o povo brasileiro mora em algum lugar, bem ou mal. A favela é a solução do problema, dentro das possibilidades de seu morador, em geral assalariado e muito mal pago.

Em vez de canalizar os recursos para uma habitação impossível de ser paga, melhor seria se procurássemos aumentar os salários de seu morador, urbanizando as habitações fornecendo-lhes luz, água, esgôto e ruas, solucionando o problema dentro de nossa realidade e de nossas possibilidades.

A meta nacional, no momento, não é a habitação e por melhores que sejam as intenções de seus planejadores e executores, o certo é que o BNH está fadado a fracassar, por não levar em conta a realidade nacional.

Não resta dúvida de que muita coisa pode ser feita para minorar o problema habitacional e entre estas medidas, podemos assinalar a transformação do BNH em órgão executivo, com a retirada dos intermediários. A ajuda mútua e o sistema cooperativo, dentro de incentivos financeiros e técnicos por parte do govêrno também poderá resolver os problemas de parte da população. Tais medidas, aliadas a um incremento da produção da indústria de material de construção, possibilitaria o apoio de base neste setor, com uma oferta que atenderia a demanda, o inverso do que se verifica hoje. A venda dos imóveis alugados a seus inquilinos mediante justa avaliação e um financiamento realístico por parte do govêrno, a violenta tributação dos imóveis que permanecem fechados para estimular a especulação, também seriam medidas acessórias. A par disso, a criação de um Instituto de Pesquisas de âmbito nacional que analisaria novos materiais e incentivaria as técnicas construtivas regionais, possibilitaria trabalho para uma grande percentagem que se acha marginalizada, ensejando o encontro de uma solução dentro da atual fase de nossa economia.

Arquitetos que contribuiram para a elaboração da tese:

Marco Antônio Corrêa Khair, Paulo Castilho Lima, Marco Aurélio Barçante, Osmar Carvalho Castro, Alberto Martins Reis, Ivan Oest de Carvalho, Francisco Mauro Halfeld dos Guaranys, Sabino Machado Barroso, Flávio Léo de Azerêdo da Silveira, Edith Maria Beloch, Jayme Zettel, José de Anchieta Leal, Carlos Augusto Camargo, Olga Verjovsky, Milton Vitis Fefermann, Ruy Rocha Veloso, Sérgio Benício Whatley Dias, Luis Carlos Ferreira Neves, Pedro Paulo Vieira Machado, Ivan Geraldo Ferreira.

Vale do Jequitinhonha

arquiteto Dalmy Motta Durante
IAB-MG

A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha — CODEVALE — é uma autarquia estadual que tem por finalidade planejar, promover e coordenar o desenvolvimento integrado da bacia hidrográfiica do Rio Jequitinhonha, em território mineiro. Sua área de ação abrange 52 municípios numaextensão de 71.552 km² onde vivem aproximadamente 750.000 habitantes. Dêsses 52 municípios, 11 estão situados na área comum SUDENE/CODEVALE. A região a cargo da CODEVALE representa 12,49% da superfície e 6,52% da população do estado de Minas Gerais e é uma das mais atrasadas do país, com índices ainda mais acanhados que os do Nordeste de algum tempo atrás.

Contando com aquipe interdisciplinar, a CODEVALE em dois anos de atividades levantou detalhadamente e diagnosticou os problemas da região e cuida agora de promover o início de uma ação intesvada na área.

A matéria que apresentamos constitui parte do trabalho Habitação e Urbanismo no Vale do Jequinhonha, **de autoria do arquiteto Dalmy Motta Durante, integrante da equipe da CODEVALE.**

São impressões pessoais, docorrentes da vivência com a região, da visita constante as suas cidades. Sem se prender ao detalhe, o trabalho mostra como a cidade reflete a economia do desenvolvimento da região e sobretudo a importncia da participação do arquiteto na equipe de planejamento, mesmo em região onde há predominância da pecuária e da agricultura.

Habitação

Sem exagêro, podemos afirmar que, principalmente do ponto de vista social, não existe nm habitação e nem urbanismo no Vale do Jequitinhonha, ainda que no mínimo desejável. Sem dúvida, o binômio habitação/urbanismo constitui, a rigor, quase simplesmente uma designação, maneira técnica de nomear o assunto, mas nunca um fato. Não há habitação, mas tetos; ao invés de arquitetura, simples construção. Não cidades, mas sedes de municípios. Também inexiste a demanda, a existência de confôrto, o hábito, em decorrência natural do atraso da ignorância e da miséria. Gerações e gerações têm assistido o passar dos anos sem perspectiva, de relêvo, o que lhes condiciona o conformismo, a inércia e a desesperança. Meses e meses se passam sem uma nova obra sequer; evidência irrefutável a testemunhar as condições de vida de um povo que se empobrece. Muitas das cidades do Vale testemunham inequivocamente uma certa grandeza e esplendor de um passado já distante, e de um presente de completa estagnação, quando não há marcha-a-ré, do declínio inexorável.

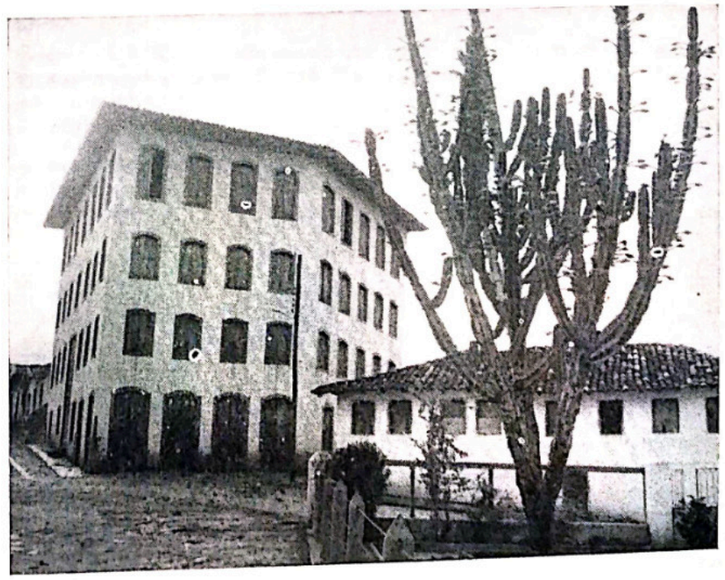
Na zona rural, a condição de habitabilidade é a pior possível. Há a fazenda; a casa grande a sede e os ranchos.

As próprias sedes das fazendas não oferecem, na sua maioria, grande confôrto. Contudo, são construções robustas, com algumas características quase constantes, como a grande varanda, o porão, os pátios decorrentes da planta "U" ou "L", a cobertura geralmente bem feita com telhas coloniais. Predominam o azul e o branco, ou o rosa, côres por demais empregadas nas construções da época colonial, que nas Minas Gerais atingiram seu esplendor. Algumas em madeira e adôbe, outras em tijolo queimado; rebocadas e caiadas; os pisos de madeira, tijolos ou cimentados. Os fôrros são de madeira ou esteira de bambu. As soluções de planta variam. Porém, as grandes cozinhas e salas com quartos distribuidos ao seu redor são uma constante.

Estas casas nem sempre são ocupadas contìnuamente. Os fazendeiros têm também casas nas sedes dos municípios ou em outras cidades e passam, em geral, temporadas em uma e outra. Há o problema da educação dos filhos, das compras e atrativos dos centros maiores, a mesmice da vida de segregação no campo.

É, há os ranchos e as casas dos vaqueiros, espalhados pela propriedade ou próximos dos currais. É o pau-a-pique sem rebôco, com cobertura de capim, fôlhas de palmeira e chão de barro batido ou simples epiloamento. O estado precário destas residências exclui até as mínimas condições de habitabilidade. A quase totalidade da população rural, cêrca de 76% do global do Vale, mora nessas casas na maior promiscuidade. Nelas homens e crianças se misturam aos animais; servem-se da mesma água (quando há) e, juntos, se sujeitam aos mesmos perigos.

As cidades, ou como dissemos antes, as sedes dos municípios, não seriam exceções neste quadro desolador, mesmo as maiores, as mais populosas e as melhores. Suas habitações, na maioria, não trazem a marca do confôrto mínimo. Não possuem água canalizada, luz elétrica, fôrro, aeração e iluminação e principalmente higiene. Estão longe em todos os seus aspectos da casa moderna, da "máquina de morar". Há evidentemente, algumas casas bem construídas, de desenho razoável. Mas são poucas, em relação ao global. O global é desanimador. Como não há a estrutura básica característica das cidades, isto é, a água, a



Fotos de Luís Alfredo

CODEVALE



VALE DO JEQUITINHONHA - MINAS GERAIS

SUPERFICIE - 71.552 Km² — 12,49% DA ÁREA DO ESTADO —
POPULAÇÃO - 750.000 Hab. — 6,52% DA POPULAÇÃO DO ESTADO

energia e o esgôto, as casas ditas de boa qualidade perdem todo o seu valor. Não são boas casas mas, no máximo, boas construções. Mesmo assim, isto ocorre eventualmente em cidades um pouco mais prósperas como Almenara, Pedra Azul, Salinas, Joaíma, Bocaiúva, Sêrvo e Diamantina. As demais, não oferecem sequer esta — imagem. Cobertas com telhas de barro, as habitações das cidades, são de tijolos com rebôco e caiação, ou simples adôbe. Geralmente sem fôrro e com pisos de tijolos, cimento, barro ou apiloamento simples. Quase sempre germinadas de uma porta só, construidas sem a menor preocupação com a ventilação, a iluminação e a higiene. Mínimas, baixas, escuras, tristes e doentias, condenadas com seus próprios moradores. Verdadeiros cortiços como a chamada rua da Bahia em Rubim, à rua do Cisco em Pedra Azul, a zona do mercado velho em Araçaui ou à rua "Vai quem sabe", em Salinas. Sem esfôrço nos 52 municípios da área de ação da CODEVALE citaríamos pelo menos 52 exemplos desta situação de extrema pobreza, de trechos de cidade sem qualquer possibilidade de recuperação.

Ressaltemos, na oportunidade, os casos especiais de Sêrro e Diamantina cujo passado próspero nos legou dois exemplos de cidades coloniais que guardam certa harmonia e um patrimônio arquitetônico, que lhes assegura posição ímpar no contexto geral do Vale.

A situação de economia do Vale, à exceção da pecuária que concorre nos mercados estadual e nacional gerou, por anos seguidos uma completa insensibilidade dos governos para a região agravada pela falta de veemência nas reivindicações locais. Assim os prédios públicos, lamentàvelmente, acompanham em tôdas as deficiências as habitações particulares. Em primeiro lugar, há a falta, o "déficit" enorme: grupos escolares, fóruns, coletorias, prefeituras e delegacias policiais, postos de saúde, hospitais, etc.

A conservação dêsses edifícios constitui outro problema. Os que existem, raramente sofrem qualquer reparo, qualquer posterior pintura ou melhoramento. Na sua maioria, estão em ruínas; sanitários não funcionam, portas e janelas não se fecham. Assinalemos, ainda, a falta de planejamento ou, no caso, bom senso. Referimo-nos aos prédios e outras obras construídas em completo desacôrdo com a cidade e sua população. Totalmente fora da realidade. Decorrem muitas vêzes do nefasto processo do projeto padrão, tão usados nos órgãos públicos, ou do prestígio politico. Tanto maior o prestígio, maior o edifício ou a ponte. Muitas vêzes êsses prédios são apenas iniciados. Sua conclusão se arrasta por anos e anos. Torna-se reivindicação da cidade, promessa de candidato, plataforma eleitoral.

As igrejas em compensação, merecem um registro especial. São muitas e bem construídas. Como arquitetura, constituem um fato válido, tanto em qualidade como em quantidade. Há velhas e novas. Principalmente coloniais, como em Diamantina e no Sêrro. Outras de estilo meio misturado, meio indefinido. E até modernas, como em Rubim ou Rio do Prado. Também ali ratificamos nossa fama de grandes construtores de igrejas. Lá estão elas como testemunho inequívoco do grande apoio do povo do Jequitinhonha: a fé.

Os povoados e mesmo a zona rural não constituem exceções nesse particular. Possuem igualmente suas igrejas. Construídas em honra do padroeiro, ou com pagamento de uma promessa, ou mesmo como sólida plataforma eleitoral. Nas próprias estradas, não raro, encontramos pequenas capelas. De modo geral, as igrejas, e, principalmente, as capelinhas, guardam aquelas linhas que marcam nossas construções do passado e que tanta fama nos trouxeram, constituindo seu ponto mais alto, senão mesmo seu maior encanto.



Aspecto urbano comum no Vale do Jequetinhonha. Observe-se a forma côncava da seção da rua que permite o escoamento de águas pluviais.

Urbanismo:

Conforme afirmamos, não existe urbanismo no Vale do Jequitinhonha, pelo menos, como deve ser entendido. Não temos ainda na região qualquer notícia de planejamento urbano.

As cidades são espontânea. As origens quase sempre as mesmas. De um lado, entroncamento de rotas comerciais, pousos, atividades extrativas fixando núcleos pioneiros; postos militares guarnecendo os rios diamantíferos ou civilizando índios ou, ainda, pontos de parada ante um obstáculo maior. De outro, sob o impulso da pecuária e da agricultura, da penetração baiana. Assim apareceram os povoados, células iniciais das atuais cidades do Jequitinhonha.

Os sítios, sempre em cota superior, eram localizados às margens dos rios, as melhores estradas da época. Aliás, constitui quase uma constante no Jequitinhonha o rio na periferia das cidades. Contudo, há sítios urbanos localizados em uma sinuosidade, ou entre dois rios, restringindo a expansão de muitas cidades e acarretando, ainda hoje, problemas sérios devido às cheias.

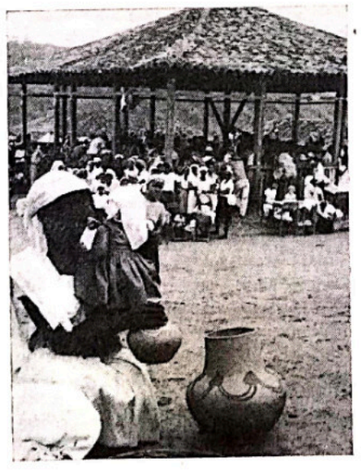
Desta maneira, em muitos casos com peripécias interessantes, formaram-se ao longo da imensa calha do Jequitinhonha e seus afluentes, os aglomerados humanos e urbanos.

De uma ou de outra maneira, êstes primeiros núcleos se transformaram em povoados, em vilas e em cidades, uma coisa, entretanto, é comum a todos êles: os traços marcantes de uma população ruralizada. É o predomínio quase absoluto das funções agro-pecuárias sôbre os reflexos das atividades urbanas.

Inexistem atividades industriais capazes de suportar ou mesmo promover um ritmo marcante de urbanização, refletido no comércio e nos serviços de modo geral.

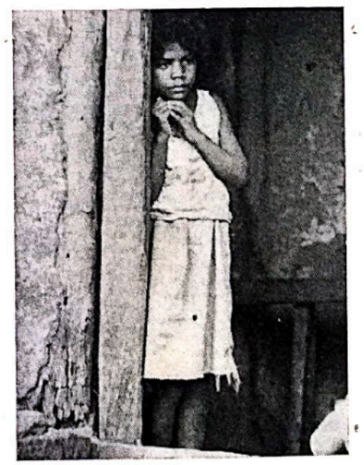
Não há nas cidades do Vale os equipamentos urbanos característicos, na verdadeira acepção do têrmo. Quando existem estão muito aquem do mínimo desejado tendo em vista seu suporte econômico — pensar em ruas bem pavimentadas, belas praças, clubes, praças de esporte, áreas de recrea-

Berilo. O mercado no dia da feira.



Tôrre da matriz de Chapada do Norte.







Igreja em Chapada do Norte.

ção, um pequeno e adequado zoneamento, mesmo nas cidades maiores. Lamentamos, porém, a falta do básico, da água, da luz e do esgôto. Por esta razão, enfatizamos; a rigor, não há cidades no Vale do Jequitinhonha; há sedes de municípios.

Em qualquer região desenvolvida, diferenciamos a zona urbana da zona rural, além do aspecto físico, justamente pela condição de maior confôrto de que se desfruta na cidade. No Jequitinhonha, esta diferenciação raramente existe, pois meio rural e zona urbana se interpenetram com reflexos na própria paisagem, no físico. As cêrcas das fazendas quase sempre marcam os limites da zona urbana.

Poucas são as cidades que possuem rêde de esgotos. Há pequenos trechos, feito de modo empírico, com tubulação insuficiente. Não possuem tratamento e apresentam entupimentos ou vazamentos.

Predomina em quase tôdas as cidades o sistema de fossas "sêcas", diretas. Estas deixam muito a desejar, pois não há preocupação com o seu afastamento das cisternas, ou com a situação de seus níveis em relação aos das fontes d'água. Nem a ventilação superior da fossa, nem o isolamento inferior constituem preocupação. Êste descuido na higienização das fossas têm acarretado um sem número de moléstias.

O serviço de lixo, em poucas cidades, funciona regularmente. Na maiorria, é jogado nos lotes vagos, nos fundos das hortas, ou não se sabe onde.

Os serviços de água apresentam as mesmas precaridades observadas para o serviço de esgôto. Os problemas são variados; às vêzes há água, porém sem o tratamento requerido; outras vêzes há o tratamento ou a caixa, mas não tem rêde de distribuição. Ou se existe, com enormes deficiências. Em muitas cidades inexiste qualquer serviço d'água. Muito comum ainda é a utilização direta "inatura", da água dos rios, seja para o banho, para lavar os utensílios, a roupa, e mesmo para beber. É um quadro impressionante, chocante mesmo, para um espírito menos avisado.

Em algumas cidades do Vale do Jequitinhonha, as lavadeiras lavam sua roupa no córrego ou ribeirão utilizado como esgôto. E o fato é aceito mais ou menos com passividade. Também não há outra alternativa. Condições semelhantes observadas em vários outros setores transformam o homem do Jequitinhonha em um adapto, ou em um búdico.

Perguntas nossas sôbre o problema de água foram recebidas com espanto, uma vez que a cidade era banhada pelo próprio rio Jequitinhonha. Não há problema se o rio passa logo alí. Assim, como o Jequitinhonha, passam o Araçuai, o Rubim, o São Francisco, o Barracão. E, possam também os anos...

Tipo de habitação comum na zona rural.





Minas Novas, imagem de um passado próspero

A energia elétrica, a luz, não estão em melhores condições que a água e o esgôto. Desta forma, não estaríamos caindo em exagêro ao afirmar que não existe luz elétrica nas cidades do Vale. Predomina a luz fornecida pelo motor, pelo "diesel", pela hidroelétrica precária. Das 18 às 22 ou 23 horas. Ou a luz dos candieiros e aladins. Em seguida, a escuridão total, para facilitar o horrível trabalho do "barbeiro" e outros companheiros seus.

Desta maneira, o tripé básico que caracteriza a cidade — água, luz e esgôto — é precaríssimo. Rigorosamente, é inexistente. Resta então um urbanismo de superfície. Há inúmeros outros problemas que desafiam os anos em quase tôdas as cidades. Como os mercados, e os matadouros, principalmente na área da pecuária. Quase sempre em ruínas. Construções de trinta anos ou mais, sem qualquer conservação. Sem sanitários. Aos pedaços. Os matadouros não mostram qualquer preocupação com a higiene, mesmo no mínimo, nem possibilitam um melhor aproveitamento do boi. Não há água nem tampouco meio de escoamento dos resíduos. Quando há o escoamento, êste é feito para córregos ou rio à montante da cidade, o que piora a situação. Na maioria das vêzes, o matadouro se reduz a um pequeno curral para o gado, em geral um pouco mais afastado da cidade, permitindo o abate clandestino.

Igualmente as escolas e outros prédios municipais se encontram em péssimas condições.

Ocorre aqui ou alí o loteamento especulativo, tão frequente em cidades maiores. Não importa como ou porque foi feito, se a cidade vai crescer.

Não se pensa no resto. Também ninguém conhece as conseqüências de loteamento desta natureza.

Os arruamentos da mesma forma se caracterizam pela improvisação e pelo empirismo. As prefeituras não dispõem de elemento técnico de qualquer espécie para êstes trabalhos, que são feitos pelo próprio prefeito e sua assessoria eleitoral.

Estas as impressões mais marcantes que poderíamos alinhar sôbre a arquitetura e as cidades de uma região que, embora situada no centro-sul brasileiro, está em franca regressão.

Sòmente após a transformação do suporte econômico e social do Vale será possível pensar-se na conseqüente mudança das condições sociais e físicas de suas cidades, isto é, de seu urbanismo e sua arquitetura.

Aqui, como sempre, a arquitetura retrata fielmente a cidade e a região, sua economia, sua civilização e cultura. No Jequitinhonha, na civilização do couro e do garimpo em declínio, a arquitetura e o urbanismo não poderiam ser de outra maneira.



Bases para um programa habitacional no Nordeste brasileiro

arquiteto Edmilson Carvalho Almeida, IAB-PE

I — Introdução

A divulgação de dados estatísticos sôbre o problema habitacional nordestino não constitui o principal interêsse visado por êsse trabalho. O que realmente interessa é a discussão, com base em estudos, observações e experiências realizadas de alguns pontos fundamentais do problema habitacional nordestino, aos quais não se tem dado a devida atenção, como é o caso de indústria de materiais de construção, seu principal ponto de estrangulamento. Êste é o primeiro objetivo.

Conquanto o objetivo do presente estudo seja o Nordeste, suas conclusões podem ser generalizadas e aplicadas a áreas subdesenvolvidas, desde que essas áreas possuam certo número de problemas comuns, notadamente os de natureza econômica.

Outro objetivo é levar o enfoque aqui adotado aos interessados no assunto, principalmente aos estudantes de arquitetura, que devem assumir posição dianteira no que concerne aos aspectos fundamentais do problema habitacional regional, ainda não considerados nos currículos oficiais do ensino superior. Tais estudos deverão ser realizados através de conferências, seminários e encontros entre estudantes e profissionais militantes, porquanto é imprescindível que o arquiteto encare com seriedade e objetividade os problemas da habitação em nosso meio, nos seus aspectos mais verdadeiros.

Pretendemos esclarecer que o nosso esfôrço por compreender o problema habitacional nordestino tem sido grandemente limitado pela escassez quase total de bibliografia sôbre o assunto. (1)

II — A Indústria de Construção no Nordeste

A Indústria de Construção do Nordeste Brasileiro tem sido até hoje inacessível a uma grande parte de sua população. Aí temos a primeira causa do vultuoso **deficit** habitacional dessa região, expresso na alarmante falta de habitação e no baixo padrão habitacional exibido por grandes parcelas da população nordestina. É certa a afirmação de que o nordestino médio não tem condições para utilizar satisfatòriamente a indústria de construção, de modo a resolver o seu problema habitacional, pois o seu precário poder de compra não lho permite. E isso acontece precisamente porque a indústria imobiliária emprega materiais de construção e processos onerosos. Êstes são oriundos de área distantes ou desenvolvidas, pois falta ao Nordeste base própria para utilizar econômicamente os fatôres locais. O emprêgo de materiais e de tecnologia de alto preço pela indústria de construção, pode ser eficaz para a solução do problema habitacional em área onde o progresso econômico o permita, nunca, porém naquelas de baixos níveis de renda, como o Nordeste, onde, quando empregados, só são utilizados nos setores que já possuem características semelhantes às das regiões mais industrializadas, e, em têrmos de população, só utilizadas por uma parcela assaz restrita.

Com isso não queremos dizer que essas técnicas sejam condenáveis pelo fato de não estarem ao alcance das camadas populacionais mais pobres da região. Nosso intuito é mostrar a necessidade de se criarem condições favoráveis ao pleno uso, a médio e longo prazos, das vantagens dessas técnicas. Enquanto não houver tais condições, soluções intermediárias devem ser procuradas com o concurso de fatôres locais, na altura da capacidade aquisitiva do nordestino médio, de modo que as técnicas empregadas permitam a elaboração de padrões de vivenda por preços acessíveis, com um mínimo de habitabilidade.

Podemos agora afirmar que o principal entrave com que atualmente se defrontam grandes camadas da população nordestina no campo da indústria de construção, em busca da solução para o seu problema habitacional, consiste na baixíssima disponibilidade de meios financeiros com que contam, em conseqüência da minguada margem de sua participação na renda regional, sabido que mais da metade da população nordestina vive quase desvinculada da economia monetária da região.

Nesta altura já se torna mais fácil imaginar a gravidade do problema para essas camadas populacionais. São tão baixos os seus rendimentos, que mesmo com assistência financeira, é muito provável que não possam amortizar os empréstimos, a menos que o financiamento seja empregado na elaboração cuidadosa de padrões habitacionais de baixo custo, objetivando corrigir a grande incidência de materiais e técnicas de alto custo, e tendo sempre em vista o baixo poder aquisitivo dessas populações.

Só a longo prazo se poderá pensar em uma solução efetiva do problema, na medida em que essas camadas populacionais forem sendo incorporadas ao processo de desenvolvimento da região, pelo aumento de sua participação no produto social. Êste é o requisito principal, sem excluir a importância de outros, evidentemente.

III — A expansão da indústria de materiais de construção com base para um programa a longo prazo.

Um dos requisitos essenciais para se lograr uma margem desejável de rentabilidade dos investimentos públicos destinados à execução de programas habitacionais, no Nordeste brasileiro, é a promoção da expansão e diversificação da indústria de materiais de construção. A débil capacidade produtiva dêsse setor industrial vem-se apresentando como um agudo ponto de estrangulamento, que dificulta o crescimento e o barateamento operacional da indústria mobiliária, notadamente no sentido de tornar-se ela um instrumento eficaz para a solução do problema habitacional das classes sociais de baixa renda.

A experiência vivida pela SUDENE no Nordeste, com a construção de unidades habitacionais e escolares, garante assegurar que as metas de um programa de construção dêste tipo, para serem executadas a qualquer prazo, correrão o perigo de ser vertiginosamente reduzidas, se a expansão da oferta de materiais de construção ocorrer nos moldes de uma economia de livre mercado total, isto é, passo a passo com o aumento da procura. Um conjunto de fatôres, que são próprios da fragilidade das economias subdesenvolvidas, autoriza negar que essa expansão se verifique, na realidade, a contento, como certamente ocorreria numa economia desenvolvida. Além da escassez crônica de capitais para investimentos nesse setor, outras dificuldades próprias da conjuntura econômica impedem o crescimento das emprêsas existentes.

A grande demanda de materiais, que cresce, dia a dia, já com grande margem insatisfeita, ao pressionar uma oferta que se expande, como resposta, muito lentamente tem provocado uma constante e acelerada alta de preços, que por sua vez é capaz de reduzir, de muito, as metas de um programa. A alta de preços tem sido a única resposta que se tem dado a uma repentina expansão da procura. Nestes têrmos, um programa global de construção de casas populares tem de comportar, como importante subprograma, medidas que facilitem a expansão da indústria de materiais de construção, a fim de conseguir, a longo prazo, a rentabilidade desejável dos capitais investidos com essa finalidade.

Preliminarmente, teria de ser removida uma série de dificuldades que impedem o crescimento da capacidade produtiva dessa indústria. Dessa forma corrigir-se-iam fatôres negativos, como a escassez de capital de pequeno empresário nordestino, dificuldades de obtenção, acesso e transporte das matérias-primas e dos insumos indispensáveis, que a imposibilitam de produzir a baixos preços. Essas afirmações resultam de uma pesquisa realizada em fins de 1964 pela Divisão de Habitação do Departamento de Recursos Humanos, que procurou entrar em contato direto com os problemas específicos do setor, para conhecer, entre outra coisas, as suas dificuldades operacionais.

Dentre os materiais imprescindíveis à construção de uma vivenda de tipo popular, poucos são os produzidos no Nordeste, e, assim mesmo, em quantidade insuficiente. A maioria dos materiais de construção, notadamente os que se destinam às instalações higiênicas, são importados do Centro-Sul do país. Isso representa uma ampla perspectiva para o encorajamento de um processo de substituição de importações muito rendoso para o Nordeste, não só pelo que representaria como expansão industrial, como pela queda que acarretaria dos custos dêsses materiais. O Nordeste importa, com efeito, materiais de construção, tais como vidros, tubos, aparelhos hidráulico-sanitários, vernizes, tintas, impermeabilizantes, ferragens, etc. Mesmo a produção de cimento, para a qual o Nordeste já conta com algumas unidades, não supre bem o mercado nordestino. Se fôr atacado, em grande escala, o problema habitacional nessa região, a indústria do cimento não poderá responder à altura das exigências.

Alguns exemplos concretos servem para ilustrar melhor a nossa exposição. Numa pesquisa realizada, em 1964, pela Divisão de Habitação, nos estados de Sergipe, Alagoas e Piauí, com o objetivo de auscultar os problemas e as características da indústria de materiais de construção nesses estados, bem como avaliar as questões de mercado, colheram-se dados que servem para ilustrar objetivamente o problema.

O estado do Piauí, por exemplo, é um estado que possuí uma única fábrica mecanizada de material de construção. Trata-se de uma indústria de telhas e tijolos. Outras olarias existem, porém manuais, muito precárias, incapazes de atender satisfatòriamente a grandes demandas, e operando regularmente. Durante os meses de inverno essas oficinas quase não funcionam, devido às dificuldades de extração de argila e do armazenamento do produto. Não se pode, portanto, contar com elas para execução de grandes programas habitacionais. O Piauí é um estado de pequenas possibilidades, sob êsse ponto de vista, para empreendimento de programas de tipo habitacional. Todo um lastro produtivo deve ser implantado dentro de áreas prioritárias para a execução de programas habitacionais naquele estado.

Em Sergipe também só existe uma indústria cerâmica localizada nas imediações da capital. Essa fábrica dispõe de uma única máquina produtora de tijolos, com uma produção diária média de 8.000 unidades, operando com pleno rendimento; tomando como base a produção de tijolos dessa fábrica, poderiam ser construídas, mensalmente, em média, 60 casas nesse estado, excluídas as importações, pois estamos considerando o caso de programas regionais, com o conseqüente e total emprêgo da população na área de cada estado. Isso significa uma média de 720 casas por ano.

Logo aqui nos deparamos com uma capacidade operacional muito aquém daquela que seria exigida por um programa de eliminação progressiva do **deficit** habitacional cada ano maior, em virtude da expansão demográfica. Sabe-se que o **deficit** habitacional do estado de Sergipe é da ordem de dezenas de milhares. Assim, o plano de construção de casas que visasse a extinguir êsse **deficit,** considerada a capacidade acima referida relativa à produção daquele estado, levaria muitos anos, em prazo incerto e de pouca utilidade.

Mesmo as metas mais modestas, baseadas na pequena capacidade produtiva já citada, não poderiam ser alcançadas, porque:

a) A produção atual da indústria cerâmica sergipana, na base de uma oferta média de 8.000 tijolos (e aproximadamente a mesma quantidade de telhas "francesas"), já encontra procura, deixando mesmo grande parte da procura insatisfeita. Qualquer programa de construção em grande escala, avolumaria de muito, a procura, pressionando uma oferta muito débil, e concorrendo, de imediato, para um processo de continuada elevação de preços. Êsse fato já foi constatado nesse mesmo estado, quando da construção de unidades escolares no ano de 1963. O resultado imediato seria, como disse, a alta constante dos preços com tendência a continuar. As conseqüências seriam, muito provàvelmente, a não exeqüibilidade dos programas dentro dos prazos previstos e a vertiginosa redução das suas metas.

b) Ainda que contássemos com essa produção diária de 8.000 tijolos capaz de assegurar uma média de construção mensal de 60 casas não devemos esquecer que casas não se constróem só com telhas e tijolos. Existe uma crônica escassez também de outros materiais que, em certas épocas do ano, nem mesmo podem ser encontrados (é o caso da madeira, por exemplo). Neste caso, restaria a alternativa de sua importação maciça de área distantes do Centro-Sul do país. É fácil observar que, desta forma, os custos de cada unidade habitacional poderiam ser proibitivos, muito além do poder aquisitivo de um indivíduo de baixa renda.

No estado de Alagoas podemos contar com uma capacidade maior, mas sem nenhuma diversificação, incapaz, portanto, de atender à procura existente nesse estado.

Há, em Alagoas seis cerâmicas mecanizadas, sendo que uma delas também produz manilhas. Acontece que, mesmo sendo maior do que a dos estados atrás citados, a capacidade produtiva da economia alagoana, no setor de materiais de construção, não deixa de chocar-se com uma série de dificuldades operacionais, sendo impotente para atender às necessidades do mercado.

A indústria cerâmica, no setor de materiais de construção, única mecanizada em todo o estado de Alagoas, pode fornecer uma média diária de 150.000 telhas. Bem se vê que é muito maior do que a sergipana ou a piauíense, mas, em têrmos de necessidades habitacionais, é insuficiente, e padece dos mesmos problemas.

Em Alagoas existem também fábricas de cal. Nas proximidades de Maceió, algumas

delas, esparsamente situadas no litoral, utilizam como matéria-prima o calcário depositado em jazidas praieiras. Essa produção não pode crescer, em virtude da limitação do tamanho das jazidas e da dificuldade de extração da matéria-prima, que está sujeita ao movimento das marés. Além do mais, é uma cal de qualidade inferior.

A cal de pedra, no referido estado, é produzida principalmente no município de Palmeiras dos Índios, também em regime de pequenas fábricas. As condições para a produção também são precárias, estando o empresário com grandes dificuldades para a obtenção da lenha, principal combustível, insumo indispensável.

Êste é o quadro da indústria de materiais nos referidos estados. A visão que dêle se tem, pode, no Nordeste, ser generalizada. Ainda que não se tenha feito uma pesquisa semelhante quanto aos demais estados, a experiência vivida através de trabalhos nessa área, autoriza a generalização.

IV — A amostragem como técnica de conhecimento das características habitacionais e como base para uma política.

No Departamento de Recursos Humanos está-se elaborando o esquema de uma pesquisa a ser lançada em algumas cidades do Nordeste, visando a levantar as características habitacionais das populações dessa região, segundo faixas de renda. O interessante dessa pesquisa é que ela pode servir de lastro a uma política habitacional capaz de guardar uma estreita e realística vinculação com os níveis sócioeconômicos das camadas populacionais nordestinas que ainda não resolveram o seu problema habitacional. Ela será útil primordialmente, porque vai permitir formular tecnologia de baixo custo, que implicarão em solução intermediária para as populações de baixa renda, que não podem, como já ficou demonstrado, ter acesso às tecnologias mais avançadas, senão a longo prazo.

Em linhas gerais, trata-se de colhêr a representação total das características habitacionais do todo, dividido, convencionalmente, em faixas de renda, e depois, cuidadosamente, procurar identificar os padrões habitacionais existentes dentro de cada uma destas faixas.

A experiência e o contato com o problema habitacional, que inspirou tal pesquisa, dão-nos a possibilidade de encontrar, dentro de cada faixa de renda, a incidência, mais ou menos constante, de certa gama de elementos habitacionais (tomando o têrmo no seu mais amplo sentido). Serão assim definidas, para cada faixa, quais os elementos habitacionais e culturais que a constituem: elementos físicos e de construção, como tecnologias e materiais; elementos sócioculturais, como o uso que se faz dos serviços de uma casa, notadamente os de finalidade higiênica.

É de se esperar, por exemplo, que para as famílias que têm os seus rendimentos mensais até 40 mil cruzeiros, o tipo de vivenda caracterizado nos moldes descritos acima, seja distinto do daquelas que têm os seus rendimentos entre 40 a 80 mil cruzeiros.

Essa pesquisa, oferece a possibilidade de levantar, não sòmente os elementos físicos que integram um padrão habitacional para determinada faixa de renda, mas, também, aquêles ligados ao grau de desenvolvimento sóciocultural relativo ao **habitat** e à população de cada faixa de renda.

Uma política habitacional, alicerçada nos subsídios de tal pesquisa, tem condições objetivas para impedir que, ao serem dirigidos programas habitacionais para as populações que mantêm o **deficit** habitacional, os padrões oferecidos entrem em discrepância com os encontrados segundo as faixas de renda. Em outras palavras, tal política permite que, ao se oferecerem padrões habitacionais, êles não se distanciem dos padrões encontrados, senão em certa e bem planejada medida.

Do mesmo modo, quer isto dizer que terão de ser engendradas tecnologias e encontrados novos usos de materiais, cujos custos, principalmente, não se distanciem desproporcionadamente dos custos dos padrões encontrados, mas, antes em certa medida, procurem ajustar-se a êles. Essas idéias se baseiam em alguns princípios muito claros:

a) uma população, que tenha sofrido uma elevação de renda, não pode repentinamente, alcançar e manter sob o ponto de vista de construção e higiene, um padrão de habitação muito superior àqueles que lhe são habituais:

b) o **status** sóciocultural também não lhe permite sair repentinamente dêsses padrões de habitação. Êste é, aliás, um fato que se teve oportunidade de constatar, em certos casos de vivendas que, com apenas alguns meses de ocupadas, tomaram as características de mocambo, isto é, próprias da habitação que os seus moradores anteriormente ocupavam.

Essa pesquisa, em têrmos de levantamento estatístico, deveria ser lançada periòdicamente. Isso nos daria uma informação contínua da situação habitacional. Permitiria que nossas teorizações sôbre o problema deixassem de ser puramente abstratas e passassem a ser apoiadas na realidade que se transforma. Poder-se-ia, com êsse levantamento periódico, verificar até que ponto os materiais e as mais avançadas e eficazes técnicas construtivas estariam se tornando acessíveis às camadas populacionais de baixa renda. Nas regiões em processo de desenvolvimento, mormente naquelas em que a produção começa a expandir-se, com diversificação dos materiais de construção, concomitantemente com a expansão e distribuição da renda, êsse levantamento periódico parece ser um instrumento capaz de permitir uma visão, sempre em dia, da feição dos padrões habitacionais em transformação. Também permite avaliar o grau de educação popular com respeito ao uso da casa. A política de atendimento, portanto, deverá mudar de acôrdo com a elevação da renda, do **status** sóciocultural, das possibilidades cada vez maiores das camadas populacionais menos remuneradas de adquirir os materiais e adotar as técnicas construtivas mais eficientes (em face do barateamento dos mesmos em virtude da produção local) e, conseqüentemente, atingir novos padrões demandados pelas faixas de renda em ascensão.

1 — Vale ressaltar que a experiência no campo da Programação Habitacional, entre nós, é recente, sendo certamente a SUDENE o órgão que deu os primeiros passos na elaboração de uma política e de um programa habitacional dentro de um plano global de desenvolvimento.

a cadeira *dinamarquesa*
agora produzida no Brasil, é
elaborada com material nobre e flexível
(jacarandá da Bahia, perobinha,
imbuia e estofada).
Empilhável e conectável.



131 imbuia
pé revestido de pvc preto
prancheta desmontável
empilhável



Existe uma para cada uso.

revendedores autorizados em todo o país produzida pela probjeto

rua tucuna 615 fone 62 83 20 S.Paulo

escolhidas na produção nacional
pelas características de
Utilidades para a casa
forma e função — bom desenho

Equipamentos de interior, utensílios e mobiliário
em madeira, aço inoxidável, porcelana, cristal,
cerâmica, tecido, couro e plástico



Loja do Bom Desenho
Visconde de Pirajá, 210-A
Rio de Janeiro